



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 108

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 5 DE JULHO DE 1968

ATA DA 4ª SESSÃO, EM 4
DE JULHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa,
da 6ª Legislatura

(Convocação Extraordinária)

**PRESIDÊNCIA DO SR. VICTORINO
FREIRE.**

As 10 horas acham-se presentes
os Srs. Senadores:

José Guimard.
Alvaro Maia.
Edmundo Levi.
Arthur Virgílio.
Achilles Cruz.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Petrônio Portela.
Wilson Gonçalves.
Luiz de Sarr.
José Leite.
Josaphat Marinho.
Aarão Steinbruch.
Aurélio Vianna.
Lino de Mattos.
Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE

(Victorino Freire) — A lista de presença acusa o comparecimento de 17 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. Segundo Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Há sobre a mesa Requerimentos de Informações que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

Requerimento nº 863, de 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes o seguinte pedido de informações:

1) Tem procedência a informação segundo a qual, durante janeiro do corrente ano, o navio de passageiros "Rosa da Fonseca", da Ponte Marítima Rio-Santos-Rio, gastou cerca de NCr\$ 115.000,00 e arrecadou apenas cerca de NCr\$ 29.000,00, com prejuízo, portanto, de NCr\$ 85.000,00?

2) O deficit de cerca de 7 bilhões de cruzeiros velhos apresentado pelos navios de passageiros "Rosa da Fonseca", "Anna Nery", "Princesa Isabel" e "Princesa Leopoldina", de janeiro de 1967 a abril de 1968, como pode ser justificado, detalhadamente, por esse Ministério?

Sala das Sessões, 4 de julho de 1968. — Lino de Mattos

SENADO FEDERAL

Requerimento nº 864, de 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Poder Executivo o seguinte pedido de informações:

1) Tem conhecimento o Governo Federal dos aumentos progressivos feitos pela Indústria de madeira compensada, utilizada entre outras na fabricação de móveis populares?

2) Sabe o Governo Federal que o compensado de pinho, que custava em São Paulo no mês de maio passado NCr\$ 280,00, custa hoje naquela Capital NCr\$ 650,00?

3) A exportação do pinho compensado não é responsável pelo brutal aumento no mercado nacional?

4) Que providências irá tomar o Governo Federal para por fim à exploração que se processa livremente nesse mercado?

Sala das Sessões, 4 de julho de 1968.
— Lino de Mattos.

Requerimento nº 865, de 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Poder Executivo o seguinte pedido de informações:

Está o Banco Central alertado para refutar um possível aparecimento de documento ante-datado, onde os Diretores da Dominium transferem a grupos estrangeiros grande parte das suas ações?

Justificação

O inesperado pedido de concordata da Dominium, os atos praticados pela sua Diretoria, onde até cheques sem fundos foram emitidos, a luta entre a Indústria do Café Solúvel Brasileira e os concorrentes estrangeiros, justificam a procedência das suspeitas sobre o comportamento daqueles Diretores, objeto deste requerimento.

Sala das Sessões, 4 de julho de 1968.
— Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Os requerimentos lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos, para justificar requerimentos de sua autoria.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, peço à imprensa tenha presente a importância da matéria tratada em cada um dos três requerimentos a cuja leitura o nobre Senador Guido Mondin, em função de

1º Secretário, acaba de proceder.

Um desses requerimentos é a continuação de meus pronunciamentos a propósito da liquidação do Lóide Brasileiro.

O segundo deles é matéria da maior importância. Trata da exportação que está havendo, de madeira compensada, feita com pinho, material que está subindo astronômicamente de preço no mercado interno.

Então neste requerimento eu menciono, por exemplo, o último preço do pinho compensado, que é de NCr\$ 250,00 e passou, agora, para NCr\$ 650,00, ou seja, quase três vezes mais o valor.

E, finalmente, o outro requerimento é sobre uma denúncia que recebi, e que reputo da maior seriedade e gravidade.

Consta que a Dominium, essa fábrica de café solúvel que requereu concordata e está causando prejuízos imensos à economia brasileira, teria transferido boa parte de suas ações, ou seja, praticamente o controle da organização, a capitais estrangeiros — transferência esta feita pré-datada. Não é afirmação, é suspeito. Daí a razão de, através desse requerimento, eu alertar o Banco Central para que leve em conta a denúncia, que é de suma importância.

Com estas breves palavras justifico os três requerimentos que encaminhei às autoridades governamentais através da Mesa do Senado. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, recebi da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura um ofício através do qual me fazia ciente aquela Confederação do pronunciamento de Don Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre, sobre o enquadramento do trabalhador — autônomos, meeiros, rendeiros, posseiros e pequenos proprietários sem empregados, em sindicatos — no plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Como nós temos uma população rural imensa, donde saem quase os analfabetos do nosso País; uma população rural mal atendida, sem condições de uma vida decente, frugal, farta, sem as mínimas oportunidades para a sua instrução e para o desenvolvimento de uma consciência capaz de entender, de compreender certos problemas que interessam ao progresso do País, o pronunciamento do arcebispo metropolitano, Dom Vicente Scherer, além de revelar a sua preocupação com o problema, constitui-se num documento de grande importância.

Em nome, segundo as notas que tenho nas minhas mãos, de todo o Episcopado do Rio Grande do Sul, remeteu D. Vicente Scherer ao Ministro do Trabalho e Previdência Social um ofício, no qual defendia os pequenos proprietários rurais e o direito de eles se constituírem em sindicatos próprios. É a sindicalização do homem do campo que, organizado, pode, com segurança e com força, reivindicar aqueles direitos que ainda não possuem.

No documento que tenho em mãos lê-se:

"A questão de os pequenos proprietários rurais poderem constituir sindicatos próprios, não precisando entrar nas associações dos empregadores rurais, vem perdurando há vários meses, sem uma solução definitiva, tendo já o Arcebispo de Porto Alegre dedicado ao assunto uma de suas alocuções semanais. E, na última reunião do episcopado da Região Sul-3, da conferência nacional dos bispos do Brasil, os prelados gaúchos trataram do assunto tendo ouvido exposições, tanto dos pequenos proprietários como dos representantes da FARSUL. Ao final, tomaram posição no sentido de que a aliança dos empregadores rurais com os proprietários rurais que trabalham, em regime de economia familiar, seria contrária aos princípios de justiça social, ficando D. Vicente Scherer encarregado de, em nome dos 16 bispos gaúchos, remeter um ofício ao Ministro do Trabalho."

Que é o pequeno proprietário rural, neste País? Um marginalizado. Em algumas zonas, como o Vale do Itajaí, em Santa Catarina, em algumas zonas de vales férteis do Nordeste e em algumas outras zonas raras do País o pequeno proprietário rural consegue sobreviver, mesmo enfrentando grandes dificuldades, até que sua família não cresça muito. Quando os filhos contraem matrimônio, já não mais pode o pequeno proprietário rural manter-se convenientemente e a dispersão, a diáspora se realiza. Sabe-se, hoje, que uma infinidade de moços saídos da terra, nascidos nas pequenas glebas, estão-se deslizando do Rio Grande do Sul para outras paragens do Brasil, principalmente para as zonas importantes e pioneiras do Estado do Paraná.

As estatísticas revelam, como dizia no início desta exposição, que o grande número de analfabetos que constituem para o Brasil uma nódoa, uma mancha, uma vergonha, não por culpa deles, mas dos nossos dirigentes, não apenas dos atuais, mas daqueles que os antecederam, saem, em geral,

EXEMPLAR ÚNICO

das pequenas propriedades. São filhos de pequenos trabalhadores sem terra.

Nós temos, hoje, no Brasil, cerca de 4 milhões de propriedades rurais, de estabelecimentos agrícolas.

Ontem, conversando com um funcionário do IBRA ele me deu a entender que já temos mais de 4 milhões de propriedades rurais neste País.

Fiquemos em 4 milhões. Admitamos que duas famílias apenas morem em cada uma das propriedades rurais do Brasil, e que cada uma dessas famílias seja constituída de 7 pessoas, o casal e 5 filhos; que uma das famílias seja a do proprietário e a outra seja a do trabalhador, a do camponês sem terra. Chegaremos, então, à seguinte conclusão: só nas propriedades rurais do Brasil, nas 4 milhões de propriedades, teremos mais de 50 milhões de pessoas. Quatro milhões vezes 14, são 56 milhões de pessoas. E os 60% de analfabetos que ainda temos no Brasil, numa grande proporção, estão nessas propriedades.

Quando o herdeiro do trono do Japão palestrava com a representação do Brasil que ali esteve, com os Senhores federais, e principiou a fazer algumas perguntas sobre o nosso País, dando-nos a entender que conhecia alguns dos nossos fundamentais problemas, e nós lhe falamos sobre a situação do homem que trabalha na terra, no Brasil, e nos admirávamos de não haver um alfabeto no Japão, aquele Príncipe nos disse, então, numa observação muito inteligente, mais ou menos isto: contra os senhores, existe uma grande extensão territorial, que é o Brasil.

Que queria dizer o primogênito do Imperador japonês? — As propriedades ficam distantes umas das outras, a população rural é espalhada por uma imensa vastidão de oito milhões quinhentos e vinte e cinco mil quilômetros quadrados. Portanto, os Senhores têm muito mais dificuldades em alfabetizar esse povo, que se encontra disperso numa região imensa do que nós, aqui no Japão, onde uma cidade é a continuação de outra, onde uma propriedade de cinco hectares é considerada uma boa propriedade, em extensão, onde a concentração de povo pode-se dizer que é em todo o território. Porque o Japão cabe, folgadoamente, dentro do Estado de Minas Gerais — e são 100 milhões de pessoas, quando em Minas Gerais não temos mais do que 12 milhões. E se esse trabalhador rural, se o pequeno e médio proprietários rurais, se esses camponeses não se organizarem, seu direito não lhes será reconhecido.

Eu estava lendo sobre a preocupação de alguns estadistas brasileiros do passado com este País e encontrei uma opinião do Presidente do Conselho de Ministros, Visconde de Ouro Preto que, numa sessão memorável, expondo o programa do Gabinete, dizia às vésperas da proclamação da República, em 9 de julho de 1889:

"Há necessidade urgente e imprescindível de reformas liberais".

Isso em 1889, há cerca de 70 anos. Se fosse vivo, estaria repetindo a mesma frase o Visconde de Ouro Preto. Defendia, como uma das saídas para a crise brasileira de então, plena autonomia dos municípios e das províncias. Se hoje estivesse vivo, estaria defendendo o mesmo programa. Porque nem são autônomos os nossos Estados, a Federação brasileira torna-se cada dia mais um mito, e os municípios estão perdendo o pouco de autonomia que possuíam pois muitos deles já não podem eleger os seus Prefeitos, e os outros vêm sendo sempre vigiados.

"Efetivamente das medidas por lei concedidas ao direito de reunião".

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

Estaria, hoje, o Visconde de Ouro Preto, Presidente do Conselho de Ministros do Império do Brasil, defendendo o mesmo programa.

"Reforma do Conselho de Estado, para constituir-lo meramente administrativo".

O que significa homens altamente qualificados, libertos do medo às críticas e das peias de certos agrupamentos políticos à frente da administração estatal, manejando a máquina administrativa com a autoridade que a experiência e os conhecimentos lhes proporcionariam.

"Liberdade de ensino e seu aperfeiçoamento".

A História não se repete, porque o que vemos, hoje, é a continuação do que existia já nos fins do Império. E a tão sonhada República não resolveu ainda nenhum daqueles problemas tão discutidos naquela época.

Liberdade de ensino. Existe liberdade de ensino no Brasil? Os fatos o contestam. E seu aperfeiçoamento? Está aí a mocidade nas ruas, está o povo nas ruas, pedindo justamente liberdade de ensino, liberdade de cátedra e o seu aperfeiçoamento, o aperfeiçoamento do ensino brasileiro.

Uma das causas fundamentais do nosso atraso está na má qualidade do ensino que é ministrado à nossa juventude.

Hoje em dia, um moço que queira se aperfeiçoar, que queira aprender, vai procurar nos cursos os conhecimentos que lhe não são ministrados nas organizações onde ele está matriculado.

A indústria dos cursinhos está aí espalhada pelo Brasil inteiro, e ainda é uma válvula de escape porque nos cursinhos se aprende mais que nas universidades, que nas escolas de ensino superior, falando-se em tese. E os melhores alunos dos institutos de ensino superior são aqueles que passaram pelos cursinhos.

Mas quanto custa qual a mensalidade que é cobrada de um rapaz, de uma moça que queira instruir-se melhor, frequentando as aulas de um destes nossos cursinhos?

Poucos podem fazê-lo. E o próprio professor, que é mal pago na universidade, que recebe um salário miserável, para a sua responsabilidade, num instituto de ensino superior, para não falarmos nas escolas primárias e nos cursos médios, é obrigado muitas vezes a completar o seu salário, para não morrer de fome, ministrando aulas, pela noite a dentro, nesses cursinhos.

Quando sabemos que há professores primários, no Brasil, ganhando menos de cem mil cruzeiros por mês, seria se ficarmos assombrados, mas nada nos pode assombrar mais, e que há Municípios que pagam aos professores primários menos que o salário mínimo da região, seria de clamarmos aos Céus, o que não fazemos.

"Leis de terras que facilitasse a sua aquisição". Redução dos fre-

tes e desenvolvimento dos meios de rápida comunicação."

Entrelaça Ouro Preto o problema da terra, da sua aquisição, do seu uso, com o problema do frete e dos meios de rápida comunicação.

Continua aí o problema, a nos desafiando.

Milhares de pequenos proprietários saem da terra, procuram as cidades, alugando seus braços nos centros urbanos; deixam a terra, muitas vezes, um filho, a própria esposa, um pai já entrado em idade, pelo amor que têm à terra, e quando conseguem alguma coisa voltam e continuam a sua vida de sacrifícios, a sua tragédia.

Agora, procura-se levar o homem do campo a se organizar, a partir do pequeno proprietário rural que, sem exagero, na maioria das regiões do nosso País, é tão sacrificado e tão explorado quanto o próprio assalariado.

Um trabalhador de usina, um trabalhador de uma grande propriedade de café, geralmente ganha mais por mês do que recebe, pelo cultivo da sua própria terra, um pequeno proprietário. Há as exceções que apenas confirmam a regra, mas a regra é esta.

Então, os Bispos do Brasil, reunidos, estudam o problema. E D. Vicente Scherer enviou ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, o nosso colega Jarbas Passarinho, possuidor de uma inteligência agulhíssima, senhor de uma acuidade política que caracteriza muito bem a sua personalidade, enviou esse ofício, em que depois de dizer "do encontro que houve dos Bispos do Rio Grande do Sul e examinada a situação dentro da conjuntura atual sobre a sindicalização dos donos de propriedades familiares da zona rural, também chamados pequenos proprietários rurais, bem como dos trabalhadores autônomos os assalariados rurais, com a participação nos debates de representantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura sendo a última entidade sindical de segundo grau congregando todos os que exercem atividade rural e não sejam empregadores rurais — chegaram os bispos a algumas conclusões que fazem parte deste documento.

Inicialmente, cita a Portaria Ministerial nº 71, de 21 de fevereiro de 1965, em seu art. 3º: (Le)

"Considera-se trabalhador, para efeitos desta portaria, a pessoa física que exerça atividade profissional rural sob a forma de emprego ou como empreendedor autônomo nesse caso em regime de economia individual, familiar ou coletiva e sem emprego."

Agora, vou ler na íntegra:

"Como consequência dessa acertada e sábia tomada de posição, por parte desse Ministério, através da Portaria acima mencionada, em tema de fundamental importância a sobrevivência dos "pequenos proprietários rurais", como classe profissional independente e diversa da

dos empregadores rurais, reconhece-se-lhes também o direito de se congregarem em sindicatos próprios ou específicos, sob a denominação de "Sindicatos dos Trabalhadores Rurais", aliados apenas aos trabalhadores autônomos, aos assalariados rurais e aos parceiros e arrendatários rurais sem empregados, pela similitude de interesse e condições sociais, e integrados, através das respectivas federações, na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Ouvindo sobre a matéria técnicos leigos, que opinaram afirmativamente quanto a compatibilidade dessa regulamentação com a legislação vigente no País, e tendo em vista a opinião unânime dos bispos reunidos, no sentido de que a aliança dos Empregadores Rurais com os proprietários rurais que trabalhem em regime de economia familiar seria contrária aos princípios de justiça social, chegou-se à conclusão, no referido encontro de que a Portaria Ministerial, nº 71, de 2 de fevereiro de 1965, reflete com fidelidade os princípios da doutrina social cristã, merecendo, por isso, os aplausos dos bispos presentes, os quais fazem voto seja a mesma mantida e executada, dada a oportunidade e justiça da solução que ela consagra.

Fazendo esta comunicação em meu nome e no dos demais bispos do Rio Grande do Sul, sirvo-me do ensejo para apresentar à Vossa Excelência protestos de particular apreço e cordial consideração. — Vicente Scherer, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre".

Fazemos votos, Sr. Presidente, por que a idéia morra; por que o mundo rural deste País se organize; por que os pequenos e médios proprietários tenham condições de melhor tratar os assalariados, que, geralmente, são poucos; por que as terras improdutivas, que as há em abundância neste País, sejam ocupadas por quem de direito e cultivadas convenientemente; por que medidas sejam tomadas, urgentemente, para que retomemos as terras que foram, muitas vezes, tomadas de assalto por grupos estrangeiros, a tal ponto que uma grande parte do território nacional não mais nos pertence, ao nacional. E por que também haja medidas, sejam tomadas medidas para que se evite que muitos homens que poderiam trabalhar a terra brasileira, usando a com emprego de métodos modernos, em virtude de terem condições econômicas para fazê-lo, não saiam das nossas fronteiras, comprando terras de países vizinhos e criando problemas para o nosso próprio Governo, como vem acontecendo, nos últimos tempos, com nosso vizinho o Paraguai.

Homens de fortuna, que adquiriram fortuna no Brasil — e que não trabalham a terra, se querem dedicar à Agricultura — ao invés de empregarem o seu capital dentro do Brasil, desenvolvendo a nossa lavoura, desenvolvendo a nossa pecuária, desenvolvendo, portanto, a nossa Agricultura são criando problemas comprando vastas áreas, em países vizinhos e levando os povos daqueles países a nos considerarem imperialistas.

Quando escuto a expressão, cuvi de amigos do Brasil esta expressão: "a compra de terras, de vastas extensões de terras por capitalistas brasileiros aqui, no Paraguai, está criando um problema para os paraguaios que são amigos do Brasil. Já se fala muita coisa, que não se falava há alguns tempos, a respeito do imperialismo brasileiro. E como é que os Srs. protestam, quando capitalistas estrangeiros compram um quinto do território de seu País, abandonam as terras compradas na espera de valorização ou da oportunidade para tirarem do seio da terra do Brasil o que

existe, quando brasileiros, ao invés de nos ajudarem, estão ocupando, também, o nosso território?"

A nossa sorte é que nós pudemos responder àquele grupo a altura: "mas nós estamos defendendo o mesmo ponto-de-vista dos senhores. Nós achamos que é um erro profundo do capitalista brasileiro, ao invés de usar o seu capital, para fomentar o desenvolvimento agrícola do Brasil, o transferir para o seu País. Os Senhores protestam aqui e o protesto encontra eco no Brasil; o que nós não sabemos é se o nosso protesto, contra o assalto do nosso território, através de métodos que não eram usados no século passado, está encontrando ecos países de onde vêm os grupos econômicos, ravando o nosso desenvolvimento."

Não somos xenofobistas, não somos jacobinistas, não somos contra capital estrangeiro de empréstimo ou contra o estrangeiro que se transfere para o Brasil e vem constituir a sua família aqui, ou traz a sua família consigo, se irmana conosco, desenvolve o país, tornando-o soberano e independente.

Reconhecemos o valor daqueles que, deixando os seus países de origem, transferiram para o Brasil. Aqui estão no próprio Parlamento brasileiro os seus descendentes descendentes de alemães descendentes de italianos descendentes de japoneses descendentes de poloneses, descendentes de árabes, de sírio-libaneses — e poderíamos ir citando — descendentes de judeus, que estão concorrendo, como brasileiros que são hoje, para a grandeza e a emancipação econômica, cultural, social e política deste País. O nosso Brasil, assim, é tão deles como daqueles que são brasileiros de quatrocentos anos. Tanto que, quando se fala numa colônia alemã de tantos mil ou numa colônia japonesa de 600 a 650 mil, protesto imediatamente. Não temos no Brasil colônias japonesas de 650 mil japoneses. Temos no Brasil, hoje, poucos japoneses nascidos no Japão, e os seus descendentes, que nos recusamos de aceitar como se japoneses fossem, porque, japoneses eles não são, são brasileiros como nós.

Os descendentes dos japoneses com japoneses nativos são 650 mil no Brasil.

Mas vamos acabar com esta ideia de considerarmos os descendentes dos alemães que estão no Rio Grande do Sul como colônia alemã. Os descendentes dos poloneses que estão no Paraná, por exemplo, como colônia polonesa, os descendentes de japoneses como membros da colônia japonesa ou colônia japonesa, os descendentes de judeus como se fossem japoneses.

Um dia desses, dizia um descendente de judeu que conversava comigo — "porque nós, o nosso povo..." O que significa isto? "Nós somos um povo marcado". Que povo marcado, o que é isto afinal de contas? Eu estava entendendo e fazia que não entendia. "Nós judeus..." O que significa, nós judeus? Se você diz "nós judeus" significando nós da religião judaica, entendo mais ou menos o que você me quer dizer. Mas se você quer dizer "nós judeus" pertencentes ao Estado de Israel, súditos de Israel, então, aqui, nós nos separamos. Você é descendente de judeu, mas você é brasileiro como nós. Ou não é assim que você se considera? Pode proclamar-se, com orgulho e satisfação, descendente de judeu, está certo, mas não me venha dizer que é judeu no sentido político, no sentido social, no sentido da pátria, porque aí nós divergimos. E chegamos a um entendimento, creio eu.

Sr. Presidente, dou assim os meus parabéns àqueles que, sendo líderes religiosos, se preocupam com os problemas que afligem o nosso povo. Porque o próprio Cristo, nosso Mestre, preocupou-se com os problemas materiais

que afligiam o povo do Seu tempo, quando Ele declarou que "nem só do pão vive o homem", estava implícito: não vive só do pão, vive do pão e de mais alguma coisa, nas palavras que saem da boca de Deus. Então Ele reconheceu que este corpo físico é a habitação de um espírito imortal. O corpo físico precisa de alimento e também o corpo espiritual, o espírito, do homem.

O que eu não posso entender bem é quando um líder religioso, um mestre de religião, principalmente da cristã, deixa de ser o apascentador por excelência.

— "Pedro, tu me amas? A tua resposta final:

— "Tu sabes que Te amo"

— "Então, apascenta o Meu rebanho"

"Bem-aventurados os pacificadores".

Então, eu não entendo muito bem quando o mestre de religião, principalmente da cristã, em desempenhando a sua arte de guia espiritual e de mestre supremo, sai dessa faixa e entra numa que a contraria completa. Masque o líder religioso se deve preocupar com a porção material do homem, não há dúvida. O exemplo veio do próprio Mestre. Estavam cinco mil reunidos no deserto. Como um grande tático, como um organizador por excelência, determinou o Cristo que os cinco mil fossem divididos em grupos. Milagrosamente, transformou poucos peixes em milhares de peixes, poucos pães em milhares de pães, e cada grupo recebeu a sua cota; cada qual ficou saciado.

Já não tinham recebido o pão da vida, isto é o alimento para o espírito; por que, depois da pregação, o Cristo não lhes disse: "Saciados podeis retornar para as vossas cidades?" Saciada a sua fome espiritual, mandou que esperassem. E, então, lhes deu o pão para o sustento do seu físico. E para que, no futuro, não se dissesse que aqui teria sido uma ilusão dos sentidos, que o magnetismo do Cristo chegara a tal ponto que Ele fizera com que aquele povo pensasse que estava comendo um pedaço de pão, quando nenhum pedaço de pão material lhe havia sido dado. Ele mandou que as sobras fossem colocadas em cestos. E, então, estavam ali os restos dos peixes, dos pães que não foram usados.

Assim, eu admito isto, que os mestres, que os líderes religiosos se preocupem com este problema. Não podem deixar de se preocuparem. O que eles não podem é substituir, na sua função específica, o administrador da coisa pública, o político. Eles são colaboradores. Também nós não podemos substituí-los nas suas funções específicas, de pastores de almas, de apascentadores do grande rebanho que Deus colocou para ser instruído por eles.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, esta sindicalização é uma necessidade, porque o que falta ao Brasil é organização. Somos um povo inteligente; ninguém o ignora em nenhuma parte do mundo. Falta-nos organização. Organizados, nos constituiremos numa força invencível, respeitadíssima no mundo inteiro. Faremos deste País um verdadeiro jardim de felicidade, uma verdadeira terra de promessa, com sacrifícios, com lágrimas, com suor, com trabalho, se formos organizados. Há medidas essenciais que não foram tomadas ainda. Mas o que não se pode admitir é que 90% dos proprietários rurais do Brasil possuam 10% das terras ocupadas, e 10% desses proprietários possuam 90% da área que constitui a propriedade rural do Brasil.

E o que mais grave é que 70% das áreas que se constituem nos grandes latifúndios brasileiros não são trabalhadas. E, ao invés de diminuirmos os grandes latifúndios — e uso

"latifúndios" no termo moderno, técnico, atual: terras inaproveitadas; o que é mais grave é que, ao invés de diminuir-los, os estamos aumentando. Colocando as terras do Brasil nas mãos dos brasileiros? Não Aumentando e criando latifúndios muito maiores do que os já existentes, e entregando essas nossas terras a grupos estrangeiros. Isto é que é o pior.

E, enquanto nos preocupamos tanto com os latifundiários brasileiros, preocupação válida, como que esquecemos dos novos latifundiários que não agem com o espírito de brasilidade com que, mal ou bem, atua o homem que possui a terra, no Brasil, pequenas ou grandes áreas. Mas, como que esquecemos novos latifundiários que estão fazendo verdadeiros cinturões táticos, como que a dizem: dentro deste cinturão estão outras terras que vão assegurar o nosso poder, e vão assegurar ao excesso de população dos nossos países o lar, que será a continuação do nosso País. Será que os políticos brasileiros não estão vendo isso? Será que os nossos militares não estão vendo isso? Será que a nossa mocidade não está vendo isso? Que os nossos operários e profissionais liberais, que as nossas mulheres, as nossas moças não estão vendo isso? Estamos vendo, e já estamos principiando a nos organizar.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) (Faz soar a campainha).

O SR. AURELIO VIANNA — Termina, Sr. Presidente. De alguma maneira, estou aqui como um Dom Quixote, cortando, com uma espada, o ar. E' preciso muita coragem — eu não tenho o tipo de coragem de que falam por aí, que é o de tirar a vida alheia, de exploração o próximo, eu ainda não tive este tipo de coragem — mas a coragem de falar para um Plenário deserto, essa coragem de falar sabendo que não vou alcançar as grandes massas populares, vítimas da demagogia, da impudência, da impudícia, vítimas, muitas vezes de agitadores profissionais de certos grupos impatrióticos, antinacionais, mas que possuem o poder de transmitir ideias, infelizmente, não boas. E' uma grande coragem estarmos aqui reunidos, discutindo problemas que julgamos sérios, apenas para que um dia, digamos a nós mesmos, aos nossos filhos e aos filhos dos nossos filhos, aqueles poucos responsáveis que lêem o *Diário do Congresso Nacional*, possamos dizer — houve um grupo que não capitulou, que levou a sério o Brasil, os seus problemas, que sempre defendeu, sem transigir, os grandes interesses nacionais, os grandes interesses do Brasil.

E só, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Tem a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — O Sr. Arthur Virgílio desiste da palavra.

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, vou destacar da correspondência diária que recebo uma carta, da qual leio os seguintes tópicos:

"Sr. Senador Lino de Mattos, tomo a liberdade de lhe enviar junto a esta carta um exemplar do *"Jornal Marítimo"* do dia 7 do corrente, para V. Ex.^a ler na primeira página o que vai marcado de vermelho. O que está escrito é a pura realidade e tem coisa mais grave, gravíssima, é que depois de o Governo acabar

com a cabotagem da Costeira e estar acabando com a cabotagem do Lóide Brasileiro sob alegação de economia) surge agora um Decreto criando uma nova companhia de cabotagem, uma tal de Libra, para explorar — veja bem — a cabotagem e diz que até com subvenção do Governo.

A Libra vai funcionar de saída, com onze navios do Lóide Brasileiro que fazem a cabotagem atualmente. Que coisa horrível, acabam com duas empresas que vinham trabalhando há quase cem anos e bem organizadas dispoendo de tudo e criam uma nova empresa para fazer a mesma coisa que as outras vinham fazendo."

Passo à leitura do *"Jornal Marítimo"*, encaminhado juntamente com esta carta, sob o título seguinte: (Lendo:)

UM ATO LOUCO? OU DESONESTO

Este jornal publica os Boletins de Resoluções da C. M. M., há muitos anos. Temos comentado, em oportunidade várias, os erros praticados pelos membros da C. M. M., com o maior respeito. E pensamos não haver desprimor em erros porque a consciência humana de todos nós já nos dá a faculdade da falibilidade. Todavia, desta feita não há como classificar de simples erro a Resolução 3.228, contida no Boletim número 520, publicado no *Diário Oficial*, de 3 de maio último. E' que a leitura da referida Resolução número 3.228, pode nos conduzir a duas únicas conclusões: Ou foi um ato da mais refinada patifaria, ou foi um ato de manifesta loucura. Se desonesto, é também covarde, porque na C. M. M. há quem conheça os meandros da navegação e sabe, consequentemente, que as pequenas empresas vão gritar e só concordaram com o ato desonesto para não perderem o cargo que exercem na C. M. M. Se foi um ato de loucura, então todo o plenário da C. M. M. estava louco, no dia 19 de abril de 1968. Mas, quem é o beneficiado com a Resolução 3.228? Os Srs. Penha Borges, Gilberto Ferraz e Raymundo Sharp, cujas empresas só dispõem de navios dentro da tonelagem referida nos itens L-1, L-2, L-3, L-4, L-5, L-6, L-7, L-8, L-9, L-10 e L-11. Assim, aqui fica uma advertência ao Ministro dos Transportes: ouvimos todos os armadores nacionais e retardamos a feitura desse comentário para expressar a opinião da maioria e afirmamos que noventa e nove por cento são frontalmente contrários à Resolução 3.228, bem como que impedirão Mandado de Segurança para garantirem os seus direitos. Nós, porém, preferimos duvidar da sanidade mental do Sr. José Celso de Macedo Soares Guimarães, para não acusá-lo de desonesto e julgar o governo seu cúmplice!

Não faço comentários. A acusação é do *"Jornal Marítimo"*, órgão com 35 anos de existência e que se especializou nos problemas ligados às marinhas nacional e internacional, particularmente nos problemas de transporte marítimo.

Conforme acentuei, não farei comentários em torno das considerações de responsabilidade do jornal. Limito-me, apenas, a lembrar que de dias a esta parte — creio há quase um mês — venho focalizando a ameaça que pesa sobre o Lóide Brasileiro.

Em vários dos meus requerimentos de informações ou em vários de meus requerimentos de informações a pro-

pósito da matéria, lembro ao Sr. Ministro dos Transportes Mário Andreazza, que tudo leva a crer existir um grupo interessado na compra do Lóide Brasileiro como ferro velho.

Todavia, para que o Lóide Brasileiro, propriedade da Nação, se transforme em ferro velho, necessário se torna que o desmoralizem financeira e economicamente primeiro.

Parece, Sr. Presidente, que o plano está em franco desenvolvimento, se não vejamos.

A Imprensa publica, com destaque — matéria paga, matéria cara porque não sai publicada nas páginas de anúncios mas sim nas páginas do noticiário geral — o seguinte: "Nova Bandeira". A seguir fotografia de um navio, depois com destaque maior em negrito em letras maiúsculas a sigla LIBRA — Subtítulo: LIBRA pretende reavivar o transporte marítimo.

Novo título, cursivo, preto, com destaque:

"União de empresas cria a maior companhia privada de navegação latino-americana."

O artigo está vazado nos seguintes termos:

(Lê)

"Com um capital de NCr\$ 33 milhões, englobando 36 navios em ação com um total de 137 mil toneladas, iniciou ontem suas operações a Linhas Brasileiras de Navegação S.A. — LIBRA — (que reunindo oito das principais empresas brasileiras de cabotagem numa empresa só, se tornou a maior companhia privada de navegação marítima da América do Sul).

O Presidente da Comissão de Marinha Mercante, Almirante José Celso de Macedo Soares Guimarães, declarou que a Libra — resultado da união de empresas que representam 85% da cabotagem nacional — foi criada a fim de proporcionar maior dinamização da navegação de cabotagem, oferecendo melhores condições de desenvolvimento integrado e maior rentabilidade.

Empresa

A Libra, que com seus 36 navios servirá as linhas de cabotagem no litoral Atlântico da América do Sul, de Buenos Aires a Manaus, é o resultado da união da Transmar, Atlântico, Paulista, Amazônia, Transporte 1601, Riograndense, Casemiro Filho e Mucuripe, todas empresas de navegação que desde o anúncio da sua unificação, já fecharam contratos para o transporte de carga equivalente a 150 mil toneladas.

A nova empresa de navegação de cabotagem que tem como Presidente o Sr. Gilberto Farras e como diretores os Srs. Raimundo Sharp e Heraldo Concilias, resultou de contínuos entendimentos por mais de três meses, com o total apoio das autoridades do setor, que consideraram a iniciativa um estágio de grande adiantamento para que só funcionassem os negócios do comércio marítimo do País.

Objetivos

A diretoria da nova empresa tem como objetivos primordiais: conseguir o equilíbrio de rentabilidade das linhas, uma maior frequência nos portos; uma total regularidade nos seus compromissos; e, o barateamento dos custos do transporte marítimo. No seu entender só com a regularização dos serviços de cabotagem é que se conseguirá dar nova confiança ao comércio marítimo. Tendo este um custo de 3 a 4 vezes menor do que o transporte rodoviário, sofreu um processo de esva-

ziamento por uma série de propriedades próprias do setor.

Entre seus planos para o futuro, a Libra planeja ampliar seus serviços com a cabotagem, já feita a esquadra nacional, de onze navios de 5.150 toneladas cada, com 148 pés de velocidade, e que deverão entrar em serviço normal no decorrer dos próximos dois anos. Existem em construção, também, dois outros navios especiais de 5.500 t. cada, que servirão para o transporte de óleos vegetais do Nordeste.

Descentralização

Sobre a entrada em operação da Libra, explicou o Presidente da Comissão de Marinha Mercante, Almirante José Celso de Macedo Soares Guimarães, que somente descentralizando as decisões entre as linhas de navegação de longo curso e de cabotagem será possível partir para uma real rede marítima de integração nacional, sem distorções, e oferecer aos comerciantes garantia e regularidade no transporte marítimo.

E, Sr. Presidente, tudo que desejo dizer. Mais do que as minhas palavras, pronunciadas na tribuna do Senado, que não têm eco lá fora, porque não posso publicá-las como matéria paga, ficam nos Anais da Casa a opinião responsável, de um jornal responsável, especializado, sobre o que está acontecendo na Comissão de Marinha Mercante, com relação ao Lóide Brasileiro e a de um repórter, de um jornal, cujo nome não menciono, de um jornal de grande circulação, importante. Provavelmente, outros também publicaram ou publicarão a matéria.

Posso garantir, com a experiência que tenho com os anos já vividos, que se trata de matéria paga, bem paga, matéria de custo elevadíssimo. É a fórmula pela qual se faz a imprensa colar no instante em que o patrimônio do Brasil, como é o Lóide Brasileiro, está sendo liquidado. Nenhum jornal publica nada com destaque, porque é matéria paga.

Provei, ontem, aqui, que a Fábrica Nacional de Motores, organização de propriedade do Brasil, durante anos sucessivos deu lucros de bilhões de cruzeiros anualmente, e no ano em que o Governo resolveu vendê-la, deu um prejuízo da ordem de 11 bilhões de cruzeiros, para justificar a venda.

Nenhum jornal publicou nada com destaque, porque não é matéria paga; mas publicará logo mais, como matéria paga, notícia sobre a Fábrica Nacional de Motores, no instante em que os capitalistas estrangeiros, italianos, que vão comprar a Fábrica Nacional de Motores, começaram a trabalhar. Então a imprensa destacará a matéria, porque haverá canalização de recursos para que os jornais a publiquem como matéria paga.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Pois não.

O Sr. Aurélio Vianna — Acabo de ser informado de que o Presidente da República já autorizou o negócio. Saiu a autorização hoje.

O SR. LINO DE MATTOS — Permite-me uma explicação. Essa é a resposta que o Presidente da República, o Marechal Costa e Silva, está dando ao discurso que pronunciei, ontem, nesta Casa, mostrando que a Fábrica Nacional de Motores deu um lucro, durante os anos de 1963, 1964, 1965 e 1966, no montante de quase sete bilhões de cruzeiros e, no entanto, para atender ao decreto de janeiro de 1967, que manda vender a Fábrica Nacional de Motores, a mesma, inexplicavelmente, de maneira incrível, dá um prejuízo, num ano só, de onze bilhões de cruzeiros! Assim

o Presidente da República está respondendo ao meu discurso. O Brasil vai vender a Fábrica Nacional de Motores. É o que está acontecendo, nobre Senador Aurélio Vianna.

O Sr. Aurélio Vianna — Estou espantado justamente porque aquela denúncia que V. Exa. fez ontem, imbuído de uma boa consciência a respeito da responsabilidade pelo que se estava praticando fazer, e que se fez. Então a minha surpresa, como — creio — a surpresa de quantos o ouviram ontem, aumentou desmesuradamente. Como muito bem diz V. Exa., a resposta não foi a verificação dos dados — talvez já tivesse conhecimento deles — a resposta foi a autorização para a venda da Fábrica Nacional de Motores a um grupo estrangeiro. E é como que a abertura para outras operações...

O SR. LINO DE MATTOS — Para a venda do Lóide Brasileiro e da Companhia de Navegação do Prata de imediato. Posteriormente, a Petrobrás, se continuarmos neste pé que estamos indo.

O Sr. Aurélio Vianna — Não entendo, então, o que significa segurança nacional. Se a segurança nacional é um complexo, a Fábrica Nacional de Motores, Volta Redonda, a Petrobrás, Lóide Brasileiro são corporações que têm implicações diretas com a segurança nacional. Então, aquilo que pertence ao povo brasileiro — porque o que é do Estado é do povo — está sendo alienado. Apenas o que nos antima é a certeza de que, enquanto voz tivirmos, não silenciaremos, mesmo que as nossas palavras, quase todas elas, fiquem guardadas neste sacrário, que é este ambiente.

O SR. LINO DE MATTOS — O Movimento Democrático Brasileiro através dos seus representantes nas duas Casas do Congresso Nacional, insiste, tema em abrir créditos ao Sr. Presidente da República Arthur da Costa e Silva. Foi o que fiz ontem: a abertura de um imenso crédito, convencido de que, feita a denúncia, comprovada — porque não invente nada, li resposta do Ministro da Indústria e Comércio a um requerimento de minha autoria e provei com algarismos, portanto de maneira prática e objetiva, que o caso da Fábrica Nacional de Motores precisa ser investigada — o Sr. Presidente da República tomaria providências.

Qual foi a resposta do Chefe da Nação? Que vai vender a Fábrica Nacional de Motores.

Quando eu e todos nós do MDB, esperávamos que, hoje, a imprensa noticiasse que, à vista da gravidade da denúncia formulada pelo Senador Lino de Mattos, o Presidente da República nomeou Comissão de Investigação de Inquérito, para verificar por que durante anos seguidos a Fábrica Nacional de Motores deu lucros e somente agora deu prejuízo que ultrapassou todos os lucros, a resposta foi outra: que vai mesmo ser vendida a Fábrica Nacional de Motores.

Sr. Presidente, V. Exa., os nobres colegas que se encontram no plenário, os integrantes da taquigrafia, os repórteres da imprensa, pessoas que porventura estejam aqui, os funcionários, não de estar estranhando meu estado emocional. Percebem todos que estou nervoso, estou zangado, estou aborrecido, estou revoltado.

O problema não é meu. O problema é nosso. O problema é do Brasil, como bem acentuou o Líder do Movimento Democrático Brasileiro, nesta Casa, Senador Aurélio Vianna.

Que segurança nacional é esta, que se preocupa com um miserável de um Prefeito de Município da fronteira do Brasil e vende o Lóide Brasileiro, a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia de Navegação da Baía do Prata e pretende vender futuramente outras organizações? Que segurança nacional é esta? Não posso entender.

Dirão; mas, Senador Lino de Mattos, o Plenário está vazio, as palavras de V. Exa. não têm repercussão; a imprensa não as publicará; essa veemência será amolecida em dias ou três linhas do jornal, não importa, Sr. Presidente! Fico muito bem com a minha consciência, estou certo de que defendo os interesses da minha Pátria (Muito bem!)

Sr. Presidente, eu não pretendia fazer mais comentários a não ser ler o que já li no "Jornal Marítimo" — o anúncio, com matéria paga, a notícia como matéria paga, mas me es-tendo porque, realmente, a matéria é de maior relevância.

Quem sabe, Sr. Presidente — ainda vai aqui um pouco da boa-fé de um homem do Movimento Democrático Brasileiro — se possa abrir um crédito a mais em favor do Chefe da Nação, a fim de que S. Exa. atente para o problema, mande chamar ao seu gabinete o Ministro dos Transportes, Coronel Mário Andreazza, e procure saber o que está acontecendo com o Lóide Brasileiro; mande chamar o Ministro da Indústria e Comércio, General Macedo Soares, e procure saber o que está acontecendo com a Fábrica Nacional de Motores — se é verdade o que está acontecendo com a Fábrica Nacional de Motores — se é verdade o que o Senador Lino de Mattos afirma, da tribuna do Senado; que esse órgão que pertence ao Estado, tendo lucros sucessivos durante vários anos, num exercício dá um prejuízo superior a todos os lucros obtidos anteriormente. Saber do General Macedo Soares por que razão as demais indústrias de automóveis dão lucros astronômicos. Quem não conhece os lucros que têm a Mercedes Benz, a Volkswagen, a Ford? Por que razão a Fábrica Nacional de Motores, que fabrica os caminhões tão conhecidos — o Fênix — só ela dá prejuízo?

Por que razão as organizações da Marinha Mercante podem organizar, conforme eu acabei de ler, empresas que representam 85% da Marinha Mercante do Brasil, e o Lóide Brasileiro, que tem 100 anos de vida costeira, não dá lucro, tem que desaparecer, tem que ser vendido como ferro velho?!

O Sr. Presidente da República precisa atentar para esta Casa do Congresso, saber o que está acontecendo, o que estamos falando aqui, e tomar providências.

O Sr. Aurélio Vianna — A Impetração que se tem é que se deseja formar uma mentalidade neste país, a mentalidade de que nós somos incapazes de gerir os nossos negócios, nós não temos capacidade de manter este País independente. Só quando entregamos o que é nosso ao estrangeiro, particularmente aos grupos estrangeiros, é que há sucesso. Isto é que se quer demonstrar, é o que se vem tentando demonstrar ao povo brasileiro, criando-se uma mentalidade negligente, uma mentalidade do vencido, a mentalidade do vencido, a mentalidade do pessimista, daquele que vê tudo negro. Então, como diz V. Exa., todas as fábricas de automóveis neste País dão lucros fabulosos, só aquela que é administrada pelos brasileiros é que não dá lucro. Então, o Lóide Brasileiro, administrado por brasileiros, não dá lucro, por isso deve ser vendido a um grupo estrangeiro, a um grupo privado, e aí então passará a dar lucro. Daqui a pouco, chegaremos ao absurdo: "Os nossos governantes governam mal o Brasil porque não temos capacidade. Então vamos trazer governantes estrangeiros para governar o Brasil!"

— Que negócio é esse?!

O SR. LINO DE MATTOS — Conto valiosíssimo aparte do meu Líder, Senador Aurélio Vianna, encerro, Senhor Presidente. Não podia terminar melhor o meu pronunciamento. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Não há mais oradores inscritos.

Se mais nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, irei encerrar a sessão. (Pausa.)

Se mais nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, irei encerrar a sessão. (Pausa.)

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 850, de 1968, de autoria do Sr. Senador Ayrão Steinbruch, solicitando transcrição nos Anais do Senado do editorial de "O Globo", de 27 de junho de 1968.

2

Volução, em turno único, do Requerimento nº 862, de 1968, de autoria do Sr. Senador Aurélio Vianna, solicitando prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias, do prazo da Comissão Mista incumbida do estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 10 minutos.)

ATA DA 5ª SESSÃO, EM 4 DE JULHO DE 1968**2ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura****(Convocação Extraordinária)****PRESENCIA DO SR. GUIDO MONDIN**

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

José Guimard
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Sebastião Archer
José Leite
Josabath Marinho
Aurélio Vianna
Lino de Mattos
Armando Storni
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE

(Guido Mondin) — A lista de presença acusa o comparecimento de 11 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituição de autógrafos de Projetos de Lei sancionados

Nº 230-68 (nº de origem 408-68) — autógrafos do Projeto de Lei nº 88-68, no Senado e nº 1.315-67, na Câmara, que dispõe sobre os proventos da aposentadoria no regime de produtividade instituído pela Lei nº 4.491, de 21 de novembro de 1964, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 5.462, de 2 de julho de 1968);

Nº 231-68 (nº de origem 409-68) — autógrafos do Projeto de Lei número 18-68 (C.N.), que declara prescritas as contas que menciona e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 5.463, de 2-7-68);

Agradecimento de comunicação referente ao pronunciamento do Senado sobre nome indicado para cargo cujo provimento depende de prévia aprovação dessa Casa do Congresso;

Nº 232-68 (nº de origem 413-68) — com referência à escolha do Sr. Plen-

rique de Souza Gomes, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Socialista da Tcheco-Eslováquia.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Presidência recebeu ofícios do Sr. Ministro das Comunicações solicitando prorrogação do prazo para resposta aos seguintes Requerimentos de Informações: número 615, de 1968, de autoria do Senhor Senador Vasconcellos Tôrres e nº 634, de 1968, de autoria do Sr. Senador Raul Giuberti.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado, por 30 dias, o prazo de resposta dos citados Requerimentos. (Pausa.)

Está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Presidência recebeu resposta ao Requerimento número 509, de 1968, de autoria do Senhor Senador Lino de Mattos, enviado pelo Ministério do Interior (Aviso nº BSB-272-68, de 2 de julho de 1968).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador José Guimard. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTEUR VIRGÍLIO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em fins de 1963, quando estava a terminar a sessão legislativa, a Oposição, na Câmara e no Senado, elaborou projeto de convocação extraordinária do Congresso, a fim de que não houvesse o recesso.

Aquela altura, Sr. Presidente, líder do Partido Trabalhista Brasileiro e vice-líder do Governo, me opus a essa convocação extraordinária, levantando argumentos no sentido de que não havia necessidade de o Congresso privar-se das suas férias em decorrência de suposições ou de visões argüidas e levantadas pela Oposição, e declarava que aqui não viria; que iria visitar meu Estado, entrar em contato com as bases eleitorais que me conduziram a esta Casa, deixando à Oposição o ônus de dar número e de realizar as sessões.

Foi Sr. Presidente, um erro de perspectiva de minha parte, que agora confesso. Estava, aquela altura, convencido da firmeza das instituições democráticas em nosso País; estava certo de que era de tal forma arraigado o sentimento de amor à prática legítima do regime, que nenhuma suspeita se agasalhava em mim de que, dias depois, um golpe de Estado violentaria a Constituição e estabeleceria no País um regime excêntrico.

Sr. Presidente, não quero ser profeta de desastres mas a História parece repetir-se. Diante do clima de agitação em que vive o País, clima de incerteza e de interrogação, com a agitação nas ruas, com indagações na imprensa e em cada consciência de cada cidadão, a Oposição também abriu mão do recesso, do encontro com suas bases eleitorais, de um convívio maior até com a família, para estabelecer essa virilidade do Congresso diante das perspectivas nada animadoras que temos diante de nós. E o ambiente, hoje é esse de modorra, de horror com as duas Casas quase abandonadas pelos parlamentares, como em 1963.

Naquela altura, os opositores falavam sem que nós os ouvissemos para responder. Hoje, nós falamos, sem que o Governo nos escute para responder.

Que acontecerá amanhã, Senhor Presidente? Será a repetição de 64? Estaremos às vésperas de novo movimento sedicioso, que violenta também a Carta de 47, que estabeleça outro regime de exceção, não sei com que maliz?

Sinceramente, não alcanço as consequências que poderão advir da crise em pleno curso, que vive a Nação brasileira.

Os estudantes e o povo da Guanabara, a esta hora, estão nas ruas. "Deus quira que não aconteça nada", disse o meu conterrâneo, General Sizen Sarmento, Comandante do 1º Exército.

Deus quira que nada aconteça, repito eu, porque, Sr. Presidente, o País não pode, não deve continuar no clima que está vivendo. Há necessidade de que os homens do Governo façam uma análise profunda das origens dessa crise, detendo-se no exame dos erros e dos excessos daqueles que não seguem a sua linha de orientação política e administrativa, mas tendo também a grandeza de fazer a auto-análise de seus atos para, do confronto dessas observações, retirar uma linha, o traçado de uma conduta que condiga com as aspirações populares, que satisfaça aos anseios de nossa mocidade, que dê ao povo tranquilidade e que projete este grande país, com segurança, para o futuro.

Sr. Presidente, após o movimento militar de 64, em virtude do qual todas as classes sociais sofreram medidas de força, impostas pela exceção, a auto-análise de regime implantado no país, e cujas consequências se fizeram sentir de imediato, e imediatamente também, entre essas classes, aquelas que foram mais duramente alcançadas e atingidas foram os trabalhadores e os estudantes.

O combate à inflação no programa do Governo instalado em 64, desabou com a força esmagadora de uma avalanche sobre os ombros dos assalariados que, se já eram proletários, passaram a constituir massa incomputável de famintos.

A campanha contra a participação da nossa mocidade em todos os setores da atividade nacional pretendeu marginalizar completamente os estudantes, pela orientação dada ao Ministério da Educação e Cultura pelo ex-Ministro Suplicy de Lacerda, não apenas um "suplício" para os jovens das nossas escolas, mas verdadeira calamidade para os contatos do Governo com a juventude.

Nenhum criminoso, por maior que fosse sua periculosidade; nenhum assaltante, desses que às caladas da noite ou de dia matam cidadãos pacatos nas cidades brasileiras para roubar, foi tão perseguido, foi tão humilhado, foi tão vilipendiado no seu direito de expor também as suas idéias e os seus pensamentos como o estudante brasileiro.

Pretendeu-se, como solução para calar a voz da mocidade, fechar a UNE, encarcerando jovens, torturando outros, e obrigando alguns mais a abandonarem o solo pátrio. Era a incompreensão total, era a perseguição mais inadmissível a uma parcela ponderável ou à parcela mais ponderável da população brasileira, que vive a inquietação própria dos seus anseios, que vive a agitação necessária para conquista de suas reivindicações.

O resultado, Sr. Presidente, é que os decretos que pretendiam silenciar a mocidade, marginalizá-la, retirá-la do processo político brasileiro ficaram apenas no papel, sem execução prática em nenhum sentido.

A UNE, perseguida, passou a reunir-se nos porões dos conventos, já então compreendida e assistida pelos sacerdotes da Igreja Católica que, considerando absurda e inadequada a providência do Governo, deu guarida, deu proteção aos jovens para que debatesses as suas teses, discutissem os seus problemas e os lançassem à análise do povo e do Governo.

Os exemplos se sucederam: Minas Gerais, São Paulo e outros Estados. E, apesar de toda a repressão policial, apesar de todo o aparato bélico montado, quando os estudantes anunciavam que iam reunir a UNE, os conchaves tiveram o efeito de estrondosa vitória, porque todo o aparato, todo o dispositivo militar foi contornado, foi vencido e os congressos se realizaram.

Depois, Sr. Presidente, do estabelecimento de órgãos literos, contrariados pelo Ministério da Educação para apenas repetir aquilo que o Ministério da Educação deseja se que fosse repetido; depois da criação desses órgãos voltados à resistência nas universidades, mas não a cumprir o decreto do Governo, feito à sua revelia e contra os seus anseios; E, ou deixaram de participar na eleição desses diretórios, ou participaram com chapas que foram vitoriosas e que eram contra a orientação governamental.

Mas, ao longo de todos esses anos, e de todas essas lutas, Sr. Presidente, o que se sentiu foi a firmeza da posição objetivando a impedir o entendimento e o diálogo com a mocidade; tentando controlá-la, detê-la e silenciá-la pela força.

Hoje, Sr. Presidente, a Nação encontra-se diante do imprevisível. Dois estudantes já foram imolados no empenho dos jovens pela conquista da liberdade. Outros cidadãos já morreram em decorrência dos choques nas ruas. Essa prática de assassinio pela polícia, que estava praticamente banida dos costumes políticos brasileiros, retornou. E a incompreensão, e o impasse persistem. A tentativa de diálogo, pelo que anunciam todos os jornais fracassou. Já aí, Sr. Presidente, eu deixo, eu quero, faço questão de manter a maior isenção: fracassou por culpa de ambas as partes, que compareceram para o encontro prevenidas uma contra a outra, e não encontraram a porta pela qual poderiam sair juntas, dando demonstração de grandeza, pela renúncia recíproca às posições intransigentes.

Não nego, Sr. Presidente, que o Senhor Presidente da República Costa e Silva ao admitir a libertação imediata de alguns estudantes presos, negando do mesmo passo a aceitação da condição de outros que estavam *sub judice*, por não desejar interferir em alçada que não é a sua; declaro, tranquilamente, que ainda assim foi um grande passo à frente. O Presidente da República recebeu a Comissão de intelectuais e de estudantes indagando qual o tempo que desejariam para o debate. Depois, com eles apreciou os temas apresentados: libertação dos estudantes, abertura do Calabouço e extinção da censura, que vem inquietando os meios culturais do País. O terceiro tema, mais irrelevante para o momento, foi colocado de lado e a troca de razões limitou-se à solução dos estudantes e à abertura do Calabouço.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, não houve solução satisfatória.

Por convicção e plenamente consciente de minha posição, estou ao lado dos estudantes. Não posso deixar de reconhecer que a autoridade sob pressão permanente perde o domínio de sua própria função. Não posso também deixar de reconhecer que a manifestação do Presidente da República, declarando que solitaria os estudantes que não estivessem *sub judice* foi um avanço uma conquista da mocidade das nossas escolas.

Lamentavelmente, da reunião nada resultou. O Presidente declarou que não determinaria a reabertura do restaurante do Calabouço e que só tomaria providências em relação a esses estudantes presos que não estivessem *sub judice*. E nas ruas da Guanabara, neste momento, na hora exata em que ocupo a tribuna, está

os estudantes, os sacerdotes, as mães, os operários, os intelectuais e os artistas em passeata.

Deus queira, repito, que não aconteça nada, que a ponderação daquela grande manifestação que impressionou profundamente a nação brasileira, pela sua imponência e pela tranquilidade com que se desenvolveu, se evidencie mais uma vez. Não é da índole brasileira a violência. Repugna à nossa consciência, aos nossos sentimentos a violência. E comove a todos nós, até às lágrimas, a notícia, saída hoje a público, sobre uma criança mutilada por uma bomba colocada na rua por um terrorista. Repugnam à nossa consciência e aos nossos sentimentos atos dessa natureza que, se são usuais em outros países, no Brasil só agora estão ocorrendo devido a essa radicalização, a essa divisão pelo ódio que quase nos está transformando numa Guatemala, cujo exemplo, há pouco, citei em decorrência de três dias que passei naquele país da América Central, cuja população, sofrida e angustiada há mais de cinco anos, não se sabe o que é tranquilidade nas ruas ou nos lares.

Dentro em breve, Sr. Presidente, qualquer emburramento que encontrarmos à porta de nossas casas, qualquer pacote que deparemos nas ruas serão objetos suspeitos, porque poderão ser outras bombas que mutilam outras crianças, como a que está no Hospital do Estado da Guanabara. E não será patriótico, não demonstrará amor à esta Nação aquele que não concorrer para liquidar, de vez, com este estado de coisas, não serão dignos de viver nesta grande e futura Pátria aqueles que não derem o seu concurso, por menor que seja, a fim de que se impeça o agravamento da crise, reencontrando-se o entendimento no sentido de que a Nação possa trabalhar livre do estado de perplexidade, de ansiedade, de indagações que vem sendo a constante há muitos anos.

A força, muitas vezes, é instrumento da fraqueza; a força, usada geralmente pelas ditaduras, pelos regimes fortes, é instrumento que esses sistemas adotam para suplantar a sua fraqueza perante o povo. E usam-na para que se assegure o poder ilegítimo; e adotam-na e praticam-na para permanência no poder, sem o consenso da maioria do povo, provocando, como não poderia deixar de ser, as ações de força.

E é essa escalada que a Nação brasileira está a viver. Persiste o governo em adotar filosofia que herdou do Governo passado: no plano econômico, com o fantasma do Senhor Roberto Campos, ainda pairando sobre a Nação brasileira, nos resultados negativos da nefasta política econômico-financeira que ele impôs ao Brasil. No plano educacional, ainda amedronta a Nação brasileira um outro fantasma — o do Sr. Suplicy de Lacerda, ex-ministro, que só fez uma coisa: afastar a mocidade que estuda do Governo, transformá-la em inconformada e rebelada, fazer com que ela radicalizasse as suas posições em resposta à radicalização do Governo. E ainda paira, Sr. Presidente, sobre a Nação brasileira um outro grande fantasma que vem desta chamada Escola Superior de Guerra que estabeleceu a filosofia política que não admite opção sé não a do estado de guerra entre o Oriente e o Ocidente e por isso estabeleceu uma orientação governamental de Segurança Nacional, que envolve a tudo e a todos, mas que não alcança uma definição, uma posição para a solução dos graves problemas brasileiros. E o resultado aí está, Sr. Presidente. Uma grande realidade: a fome lançando milhões de brasileiros, as doenças praticando verdadeiro genocídio, porque morrem crianças e

adultos sem a menor assistência da autoridade que tem por dever preservar-lhes a vida.

No ensino, é a isso que assistimos: uma Universidade ultrapassada, superada nos seus métodos; uma universidade que já não condiz com as aspirações do progresso da Nação, mas que persiste, que continua, diante da imobilidade do Governo que, antes de pensar em planos de reestruturação, de reformulação da política universitária, pensa mais em repressão, em encarcerar jovens, em provocar maior revolta ainda.

O Sr. Edmundo Levi — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com prazer.

O Sr. Edmundo Levi — Eminentíssimo Senhor Arthur Virgílio com muita acuidade V. Ex^a está fazendo a radiografia do panorama político-social que se desdobra diante de nós. A radicalização do Governo, insistindo em permanecer surdo às sugestões, aos reclamos, aos apelos, existe, infelizmente, também do outro lado no meio do povo, que está totalmente divorciado desse Governo. Esse divórcio vem gerando outra radicalização que, infelizmente, se manifesta, em algumas oportunidades, até por atos de crueldade e de estupidez, como aquele a que V. Ex^a se referiu, ainda há pouco, que vitimou uma criança da Guanabara. Até os quartéis do nosso Exército, que eram respeitados e queridos até bem pouco, estão sofrendo, agora, uma resposta violenta, tristemente violenta contra manifestações partidárias do alto, de certos responsáveis pelos comandos militares, que provocam verdadeiras reações não conhecidas no Brasil, porque são provocações, são insultos, são desafios. E assim, aqueles que já estão desesperados pelas injustiças, pela incerteza de encontrarem solução para seus problemas, atendem a essas provocações, atendem a esse desafio e cometem atos de desatino. São os homens responsáveis, os detentores da coisa pública, pelo seu divórcio do povo, pela incompreensão que têm dos problemas do povo, pela falta de visão política, que estão gerando essa desgraça que se alastra pelo Brasil. É a radicalização: ódio de um lado, ódio do outro lado; intolerância de um lado, intolerância de outro lado; incompreensão. Para nós, que meditamos sobre os destinos de nosso povo, do nosso País, para nós, que pertencemos ao povo, isto representa uma perspectiva de desgraça, de tremenda desgraça. Não sabemos a que ponto nos levará, acende iremos em face deste drama que se agrava cada vez mais, da separação terrível que se está alargando, deste fôssco que se aprofunda cada vez mais entre governantes e governados. Nosso próprio Exército, que era querido por todos, que era visto pelo povo como a síntese da própria família nacional do operário, do comerciante, do profissional-liberal, de todos finalmente — está sendo apontado agora como instrumento da própria violência contra o povo. É preciso que os homens que detêm os destinos de nossas Forças Armadas não concordem com este procedimento e, enquanto é tempo evitem se estabelecer, totalmente, a separação entre as Forças Armadas — o próprio povo armado — e o povo à paisana. Faz muito bem V. Ex^a em prosseguir nesse discurso de advertência, traçando esse panorama, para que os homens que detêm o mando da coisa pública reexaminem a sua conduta e, ao invés de se manterem insulados, imbuídos da ideia de que são Messias que vieram salvar este País, compreendam o drama que vivemos, aceitem as sugestões, ouçam as análises profundas e serenas como a que V. Ex^a está fazendo e, colhendo as lições delas provenientes, encontrem a solução que todos desejam

para os angustiantes problemas do povo brasileiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — V. Ex^a tem toda razão. Estamos, em verdade, diante de um grande desafio, que precisamos enfrentar com serenidade e espírito patriótico, que precisamos encarar sem idiossincrasias, que precisamos estudar sem prevenções, porque, se nos colocarmos de espírito preconcebido, ao formularmos as soluções, ao invés de vencermos e suplantarmos o desafio, falharemos e iremos para o imprevisível.

Não aprovo, por exemplo — e faço questão de dizê-lo de público — não aprovo, desaprovo e recrimino que um jovem vá ao Presidente da República, ao Primeiro Magistrado da Nação, e diga: "nós vamos fazer a passeata de qualquer jeito".

Isso, de fato, ultrapassa os limites da liberdade que desejamos e pela qual lutamos. Mas, no momento em que desaprovo, em que recrimino essa frase que foi, inegavelmente, um acinte, eu apelo para a compreensão de um homem adulto que, segundo seus intuídos, segundo aqueles que o cercam possui calor humano apto para sua compreensão a excessos decorrentes dos impulsos de um jovem de vinte anos. Qualquer um de nós com essa idade, seria capaz de repetir o gesto desse moço; mas nenhum de nós, com senso de responsabilidade, o aplaudiria hoje. Porque, em verdade, o que desejamos não é o desacato à autoridade de ninguém; o que queremos, o que pretendemos, é que as promessas de 1964 sejam cumpridas: que se devolvam ao povo todas as suas liberdades que se dê tranquilidade aos lares, que se reformule a política educacional e salarial, que se aproveitem as riquezas do nosso solo e do nosso subsolo, que se faça a grandeza deste País com oportunidade para todos, com harmonia para todos, com liberdade para todos.

Desgraciadamente porém, Senhor Presidente, o clima em que vivemos não é este.

Eu que tenho filhos universitários no Rio de Janeiro, outros colegas, outros cidadãos, aqui ou alhures, que também têm filhos no Rio de Janeiro, estão apreensivos, estão preocupados. Mas não só os pais, não só a população da Guanabara; todos os brasileiros, de todos os quadrantes, estão também apreensivos nesta hora.

Quem pode, Senhor Presidente, trabalhar e produzir, quando sua atenção não está voltada para aquilo que está fazendo? Quem pode tirar proveito maior de sua atividade, se não se concentra nessa atividade, mas nos problemas que estão nas ruas, nas ameaças, nos pronunciamentos, nesta interregação imensa que paira sobre a Nação brasileira?

Senhor Presidente, o General Sisenio Sarmiento tem razão. Deus queira que não haja nada. E mais ainda, que o entendimento, que o diálogo se realize.

Convença-se o Governo, convençam-se os homens de responsabilidade de que não deterão essa mocidade a não ser debaixo de um banho de sangue.

Convençam-se de que não conterão, por muito tempo, as classes trabalhadoras passando fome, senão com outro banho de sangue.

Convençam-se de que nada realizarão em proveito do progresso e do futuro deste País, se não efetuarem as reformas estruturais necessárias, se não incorporarem ao esforço de desenvolvimento nacional milhões de brasileiros marginalizados, que não sabem o que é economia monetária, que nada produzem, que nada realizam, que em nada ajudam, porque a ordem social e econômica os expulsa e rejeita a sua cooperação.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Ao convocar o Governo, como está fazendo, a adotar as providências oportunas e cabíveis, V. Ex^a nos faz lembrar a necessidade de convocar o Governo também para utilizar os próprios instrumentos administrativos e jurídicos idôneos de que já dispõe. O caso da crise do ensino, no País, é típico. Como S. Ex^a vem analisando, na medida que o conflito está aberto entre o Poder Público e a juventude.

Pois bem: há no Governo um órgão técnico que pode ter falhas mas é um órgão idôneo, em pleno funcionamento e, até aqui, não chamado para nenhuma das tarefas importantes relacionadas com esta crise. Refiro-me ao Conselho Federal de Educação. Seria tanto mais certo o Governo entregar ao Conselho Federal de Educação o trabalho de coordenar e preparar a reforma universitária, quanto este órgão poderia criar um diálogo livre com os estudantes, porque não está participando da crise. O Governo não o fez. E só depois de tantos meses de conflito, nomeia um grupo de trabalho, mas sob a presidência do Ministro da Educação, que se reveu, até aqui, não obstante sua idoneidade pessoal, absolutamente inadequado para discutir com os estudantes os problemas dessas circunstâncias, nobre Senador Arthur Virgílio, encaminhado à Mesa um projeto de lei submetendo à prévia aprovação do Senado a designação dos membros do Conselho Federal. Digo na justificativa, não é um projeto de reforma, mas é um subsídio para que reformas necessárias se façam com a maior presteza.

Porque, dando aos membros do Conselho o prestígio da aprovação política, estaremos conferindo-lhes também maior autoridade para que interfiram nas crises, independentemente de convocação do Poder Executivo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — O Governo irá receber, do valor de sua cultura e do espírito público que orienta a conduta de V. Ex^a nesta Casa, subsídio da maior importância. Projeto dessa natureza dará aos membros desse Conselho uma autoridade muito maior do que a que possuem atualmente, para interferir no problema educacional e dar-lhe solução adequada, sugerida por técnicos, porque esses conselheiros são professores.

Sr. Presidente, dizia eu que a força e o desentendimento nada solucionam. Poderão conter, como disse, empapando o solo brasileiro de sangue, provocando uma desunião que talvez nos transforme num Vietnã, ou numa Coreia, uma dissensão que poderá dividir esta Nação em dois grupos inconciliáveis, como ocorre atualmente na Guatemala.

Comportemo-nos pois, todos, Gracioso de fato amam sua Pátria, desejam-na progressista e humanizada nas suas leis e no comportamento dos seus governantes.

Aos jovens que agora pleiteiam e clamam nas ruas, eu aconselho que não se deixem radicalizar. Repito para eles o que eu dizia em discurso no Senado em 1963, dirigindo-me aos setores radicais do meu extinto partido, citando a grande figura de Rui Barbosa. O jurista e político baiano, ao apreciar a luta entre conservadores e liberais, aconselhava aos seus correligionários que não exigissem tudo, porque se eles pleiteassem as liberdades e conseguissem uma, não havia perdido nada e, sim, os conservadores, que tinham dez e ficaram com nove.

Repito, hoje, este conselho para os seus jovens patriotas: não pretendam tudo, radicalizando. Desejam o restaurante do Calabouço, a praça pública, a abertura da UNE, a libertação dos vossos colegas. Se já conseguireis as praças públicas e as

ocupastes, na Guanabara, em São Paulo, no Recife; se já vos prometeram a solução de alguns dos vossos colegas; se já tendes até o direito de serdes irreverentes, como fostes, há pouco, perante o próprio Presidente da República, já conquistastes alguma coisa, já obtivestes uma vitória. Portanto, não precipiteis os acontecimentos. Lembrai-vos de que uma ditadura não é facilmente destruída. Temos exemplos torrenciais no mundo inteiro: Durante quase vinte anos, Trujillo esmagou o povo de São Domingos; há mais de vinte anos, uma família domina a Guatemala; durante muitos anos, Perón impôs a sua vontade ao povo argentino;...

O Sr. Lino de Mattos — O Haiti tem um Presidente perpétuo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ... o Haiti tem um louco assassino como Presidente perpétuo, Portugal e Espanha, há mais de trinta anos, estão sob ditaduras. Eu pergunto: Que são esses países? Que são essas nações? Na Guatemala mandam 14 famílias — 14 famílias, apenas, usufruem do trabalho de toda a população daquele País. E lá a brutalidade e a violência chegam ao ponto de o Exército guatemalteco, por intermédio de um major, prender dois estudantes e, depois de torturá-los, de forma bestial, deformando, matando, jogar o cadáver na cratera de um vulcão.

No Haiti, dominado por esse assassino louco, que se alcunha de Papa Doc, diariamente, se matam, nas prisões, os adversários do Governo.

Os cárceres de Portugal e da Espanha estão repletos de presos políticos. E o que são, no plano econômico, estes países?

Haiti, Guatemala, São Domingos, vivem de plantar e colher bananas, sob o domínio da United Fruit.

Portugal e Espanha têm uma falsa segurança econômica, dão apenas, aparência de estabilidade financeira, mas não são nações que possam ser colocadas, sequer, nas proximidades das Nações chamadas desenvolvidas.

É o resultado, Srs. Senadores, das ditaduras. Não há ditadura alguma, em Nações como a nossa, que possa levar o País para o progresso, para a solução dos seus problemas consentaneamente com as necessidades do próprio País.

Evitamos, pois, que isto possa acontecer, colaborando todos, emprestando todos, emprestando todos uma parcela da nossa renúncia, até do nosso espírito de sacrifício para tolerar, a fim de que o grande muro que se levanta, como que uma barreira entre algumas das classes sociais brasileiras, das mais autênticas, e o Governo, possa conduzir o Brasil a um regime de exceção, à ditadura.

O Sr. Josaphat Marinho — A ponderação de V. Ex.^a é certa, pois a história geral nos mostra que a radicalização dos processos de mudança, sem bases oportunas de sustentação, conduz sempre ao prejuízo das forças progressistas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Exatamente; e ao esmagamento. Não só ao prejuízo como ao esmagamento. As ditaduras só se mantêm, enquanto têm o que esmagar. No momento em que elas param, caem. Os exemplos da história são inúmeros.

Mas, Sr. Presidente, que o encontro do Presidente da República com os representantes da chamada Comissão dos Cem Mil, que inclui também estudantes, não encerre o diálogo.

Eu não considero, por exemplo, esse encontro um fracasso total; não o admito, como ruptura definitiva do entendimento.

Eu me recuso a aceitá-lo como um muro que se assemelhasse àquele que divide Berlim em dois campos irreconciliáveis. O Presidente da República ao receber os membros desta Comissão, demonstrou vontade de conversar, de discutir, de debater. A Co-

missão, lá comparecendo, também pôs-se a desejar a compreensão.

Lamentavelmente, as paixões estão muito acesas. A filosofia do governo, imposta ao País, ainda está muito causticante, e o encontro foi feito na base de prevenções recíprocas.

Mas que não se encerrem os entendimentos, Sr. Presidente!

É o apelo que faço aos jovens, aos intelectuais, aos artistas e ao Governo, porque não será útil a nenhuma das partes o agravamento da crise, o prosseguimento da intranquilidade, o acirramento de posições, a radicalização que não constrói.

Senhor Presidente, mais uma vez, estudantes, religiosos, artistas, intelectuais estão nas ruas do Estado da Guanabara.

Encerrando este discurso, repito, mais uma vez, as palavras do General Sizen Sarmento: "Deus queira que não aconteça nada". (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, o desconhecimento da maneira prática pela qual deve ser procedida a instituição das sublegendas e a escolha de candidatos às eleições municipais, marcadas para o dia 15 de novembro próximo, está me aconchilhando a mandar um recado aos políticos interioranos, preocupados com as referidas eleições.

Porque se trata de matéria de interesse público conto com a boa vontade da imprensa mas, em particular, espero que o dedicado e efficientíssimo Serviço de Radiodifusão do Senado Federal transmita este recado.

A fim de sintetizá-lo, objetivando auxiliar a imprensa e o Serviço de Radiodifusão do Senado, redigi o recado que é o seguinte:

"A instituição das sublegendas para as próximas eleições municipais e a escolha de candidatos são feitas unicamente pelos membros dos Diretórios Municipais. A reunião deve ser presidida pelo Juiz Eleitoral ou por um seu representante.

"O Presidente do Diretório Municipal deve convocar a reunião, por Edital, publicado na imprensa local ou jornal lido na cidade, com antecedência mínima de oito dias. Na reunião, com a presença de mais da metade dos membros do Diretório Municipal, serão votados os nomes dos candidatos a Prefeito com seu acompanhante de chapa, o Vice-Prefeito.

Os três candidatos a Prefeito, com o acompanhante, Vice-Prefeito mais votados, desde que tenham pelo menos 20% dos votos, formarão as sublegendas. O mais votado terá a sublegenda n.º 1, o segundo terá a de n.º 2 e o terceiro a sublegenda n.º 3.

A escolha dos candidatos à vereança, isto é, a Vereadores às Câmaras Municipais, é mais simples porque não há sublegenda para o Legislativo.

Os presidentes dos Diretórios Municipais devem, com urgência apresentar aos Juizes Eleitorais, para abertura e rubrica das páginas, o Livro de Filiação Partidária. Ninguém poderá ser candidato ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ou à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), até o dia 16 de setembro próximo.

O Livro de Filiação é simples, não obedece a um padrão. Qualquer livro de Ata serve. O filiado inscreverá o seu nome seguido do número do seu Título Eleitoral, da Zona Eleitoral e da data em que se está inscrevendo."

Parece bisonhice de minha parte, entretanto, se mando este recado é porque recebo correspondência, numerosa, interpellando-me sobre a regulamentação, por parte do Supremo Tribunal Federal, da Lei de Sublegenda. Entrei em contato, ontem, com o Secretário-Geral do mesmo, Doutor Geraldo Costa Manso, e este me informou que, estando a justiça de férias, somente em agosto a matéria será regulamentada. Todavia, por dever de ofício, nós temos de entender e interpretar a lei que, afinal de contas, embora não tendo sido votada pelo Movimento Democrático Brasileiro, nós a acompanhamos e conhecemos. Vai, então, este recado para o homem simples do interior, para os políticos das cidades longínquas, que estão desassistidos, sem saber como interpretar a lei de sublegenda. Falia-se em convenção e ele não entende como deve ser feita a convenção. A coisa é simples: não se trata de convenção e sim de reunião dos diretores municipais, com a presença de metade mais um de seus membros. Era, neste particular, o que desejava dizer.

Senhor Presidente, passo agora ao assunto que venho focalizando de dias a esta parte: Fábrica Nacional de Motores, Lóide Brasileiro etc. Volto a fazer observações relacionadas com a imprensa. Não o nego, ninguém discute, ninguém duvida da absoluta independência deste grande e tradicional órgão da imprensa brasileira, que é o "Correio da Manhã". Se o menciono é porque o "Correio da Manhã" publica, hoje, na primeira página, matéria relacionada com a Fábrica Nacional de Motores, que traz este título:

"Costa é pela venda da FNM
O Presidente Costa e Silva aprovou ontem a minuta do contrato de venda da Fábrica Nacional de Motores ao grupo italiano "Alfa Romeo", por 100 milhões de cruzeiros novos, devendo a operação concretizar-se dentro de 60 dias. O Governo brasileiro entregará 83% das ações da FNM à Alfa-Romeo, e receberá o pagamento em dólares, no prazo de 5 anos." Venda fiado, portanto.

"O Ministro Macedo Soares garantiu "que foram resguardados todos os interesses brasileiros".

Senhor Presidente, faço questão de transcrever toda a matéria, porque em se tratando, como observei de início, de jornal independente, que tem tido uma linha de coerência digna de aplausos e merece o apoio da opinião pública, um jornal, portanto, de autoridade, apesar disso, esse jornal, acredito que inadvertidamente, dá a entender, porque publica com destaque, que, realmente, o negócio é bom.

Prossigo:

"Segundo o Ministro Macedo Soares, na transação foram resguardados todos os interesses brasileiros, existindo inclusive uma cláusula contratual pela qual o grupo italiano se compromete a prestar assistência técnica e material aos 30 mil caminhões FNM e 8 mil carros "JK" que estão circulando em todo o País.

"Junto com a minuta do contrato de venda, os Ministros da Fazenda e da Indústria e do Comércio entregaram ontem ao Presidente uma exposição de motivos historiando a difícil situação financeira da FNM e o ônus que a empresa vinha representando para o Governo. O documento faz um relato dos entendimentos mantidos, inicialmente, para a sua venda a grupos nacionais e, posteriormente, a grupos estrangeiros. Salienta, então, que se chegou à conclusão de que não havia qualquer grupo brasileiro em condições de assumir o controle da fábrica, já que o único que ma-

nifestou interesse (a indústria de Automóveis Presidente) "não apresentava capacidade de absorção de um complexo industrial de tamanha envergadura, além do fato de seu principal dirigente estar sendo processado criminalmente".

Segue a notícia, Sr. Presidente, com um intertítulo pequenino. O seguinte:

"Prejuízo Forjado"

"Brasília (Sucursal). — O Senador Lino de Mattos (MDB-SP) disse ontem, no Senado, que "está convicto de que o grupo interessado na venda da Fábrica Nacional de Motores preparou a liquidação econômica e financeira daquela organização, para justificar a sua venda a capitais estrangeiros."

Nada mais. É óbvio e evidente, Senhor Presidente, que o leitor deste grande jornal independente — volto a afirmar — lendo a notícia de procedência governamental, com manchete de primeira página, com títulos destacados na décima primeira página, justificando, mas, sem dar argumentos, sem dar números, sem dar cruzes, a vantagem de o Governo vender uma propriedade por cem milhões de cruzeiros novos e, lendo o resumo de oito linhas do meu discurso, chega à conclusão de que eu ocupei a tribuna para proferir uma série de boboseiras, emitindo um ponto de vista pessoal, mau, isto é, eu entendo que o negócio está sendo forjado. Mas, o jornal não diz porque entendo que está sendo forjado. Bastava dizer que o Senador Lino de Mattos, lendo documento oficial — porque se trata de um documento remetido ao Sr. Lino de Mattos pelo Sr. Ministro da Indústria e Comércio — provou por a mais b que, ao contrário do que dizem os Srs. Ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio, que garantem que a empresa era deficitária, o Sr. Senador Lino de Mattos provou, com documento oficial, que a empresa foi sempre produtora de superavit durante muitos anos, e unicamente em 1967 é que ela passou a ser deficitária, coincidindo o deficit com a decisão governamental de vendê-la.

Vê, Sr. Presidente, como um jornal inegavelmente independente, mas mal orientado nas informações que recebe, dá uma notícia que convence a opinião pública de que o Governo está fazendo um grande negócio ao entregar 83% de uma indústria, que pertence ao patrimônio da Nação, a uma firma italiana.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex.^a uma intervenção?

O SR. LINO DE MATTOS — Com grande prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Compreendo as ponderações que V. Ex.^a faz. Mas, V. Ex.^a não se iluda, e sei que não está se iludindo: a justificativa do Governo é meramente circunstancial. O que está, em realidade, no procedimento do Governo é a diretriz de privatização de serviços públicos importantes. O Governo não tem confiança em si mesmo, nem na máquina administrativa, nem na capacidade de realização do poder público. O Governo é privatista. Dêsse ponto de vista é um Governo caduco, vive à época de um liberalismo superado. Num mundo em que as atividades do Estado se estão ampliando, dia a dia, para abranger áreas da iniciativa privada, no Brasil se privatizam áreas estatizadas. Mas, não há surpresa. Quando compareceu perante delegados da ARENA, na última convenção da agremiação oficial, o Ministro do Planejamento acentuou que a política do Governo era, efetivamente, de retorno, ao âmbito privado, de várias empresas enquadradas nas áreas dos serviços estatais. Porém, é mais do que o restabelecimento do caráter pri-

vado dessas empresas, nobre Senador, é a proteção aos grandes grupos, econômicos.

O SR. LINO DE MATTOS — In-teiramente concorde com o nobre Senador Josaphat Marinho.

Aliás, há o hiato, o imenso hiato, quase se transformando em abismo entre a mentalidade jovem que explode nas ruas das grandes cidades brasileiras, mentalidade essa coerente com a era espacial em que vivemos: uma geração que nasce na era do aproveitamento do átomo, em que a ciência transplanta órgãos vitais do ser humano, neste instante em que essa mocidade, numa verdadeira premonição, se agita, o Governo se mantém amarrado ao liberalismo econômico do século passado, procurando integrar esta Pátria àqueles que querem dilapidar, àqueles que a querem suar para proveito próprio.

O Sr. Josaphat Marinho — Per-mite-me V. Ex.^a mais uma intervenção? (Assentimento do orador) — Dentro dessas justas advertências que V. Ex.^a está fazendo, há uma outra terrível contradição no procedimento do Governo: fala na necessidade de administração planejada e restaura a amplitude, quase sem limites, do poder privado. Ora, onde quer que se estabeleça a administração planejada, ela é um sistema de prioridades, e, como sistema de prioridades, o aumento crescente do Poder público, em diversos setores de atividades.

O SR. LINO DE MATTOS — Ao lado desta falta de planificação, fala o Governo da Revolução que o movimento de 31 de março de 61 teve, entre outros objetivos, o de acabar com a corrupção, de acabar com as negociações. Quero knitar-me, apenas, ao problema que estou abordando: Fábrica Nacional de Motores, para lembrar que no Governo chamado de corrupto pela Revolução, o governo de João Goulart; no Governo de Juscelino Kubitschek, chamado de corrupto pela Revolução, a Fábrica Nacional de Motores deu lucro, deu superavit. No início do Governo Castelo Branco, ainda como resultado das administrações Juscelino Kubitschek e João Goulart, a Fábrica Nacional de Motores continuou dando lucro, pois que deu lucro em 62, 63, 64, 65 e deu lucro em 66. Foi preciso que o Governo da Revolução designasse diretores contra a corrupção, que assumissem a direção da Fábrica Nacional de Motores para que esta, só no ano de 1967, em plena administração Costa e Silva, desse mais prejuízo do que a soma dos lucros de toda a empresa durante as administrações corruptas de Juscelino Kubitschek e João Goulart — corruptas na voz, ou na opinião da Revolução.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Como se vê, a própria palavra "corrupção" está sofrendo aquilo que, na época da Revolução, foi muito usado — corrupção semântica.

O SR. LINO DE MATTOS — De acordo.

Mas, Sr. Presidente, examino uma das propriedades da União, que é a Fábrica Nacional de Motores. Anteriormente, já me manifestara sobre o Lóide Brasileiro. Não me surpreenderei se qualquer dia destes, jornais independentes, como o "Correio da Manhã" e outros, tragam manchetes dando o ponto de vista governamental de que é obrigado a vender o Lóide Brasileiro porque o mesmo está em situação deficitária, impossível de ser mantido, porque causando prejuízos imensos à Nação.

Lego mais, se continuar assim, se os homens responsáveis da Revolução, se o Marechal Costa e Silva não aceitar para o abismo em que está o Lóide, continuado, então veremos o noticiário sobre a renda da

COSIPA, Companhia Siderúrgica Paulista. Logo após, a Lóide Ferroviária Federal, e, em seguida, a própria Siderúrgica Nacional.

Sr. Presidente, não quero ser Cosíndra, e, por isso mesmo, não posso acreditar, mas sei que homens responsáveis, nesta Pátria, como eu me permito mencionar o meu colega Senador Josaphat Marinho, estão preocupados, como eu estou preocupado, com a sorte da PETROBRAS.

Era, Sr. Presidente, o que desejava dizer, por hoje. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Achilles Cruz
Victorino Freire
Petrônio Portela
Wilson Gonçalves
Luiz de Barros
Arnold de Melo

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Esta Presidência comunica que, tendo em vista a convocação extraordinária do Congresso para todo o mês de julho, fica alterado o calendário do Projeto de Lei nº 19-68 (CN), que autoriza o Poder Executivo a desapropriar em favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — o imóvel que especifica, de propriedade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Assim o referido projeto ainda poderá receber emendas perante a Comissão Mista nos dias 5 e 6 do corrente mês, isto é, amanhã e depois.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Sobre a mesa projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Projeto de Lei do Senado Nº 76, de 1968

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho de Educação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A nomeação dos membros do Conselho Federal de Educação, a que se refere a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional), depende de aprovação do Senado Federal.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de julho de 1968. — Senador Josaphat Marinho.

Justificação

A Constituição Federal prescreve que ao Senado compete aprovar a escolha dos titulares que enumera, "e, quando determinado em lei, a de outros servidores" (art. 45, D). É claro, pois, que a lei pode estabelecer novos casos de designação de servidores mediante assentimento do Senado.

Decerto, não devem ser ampliadas demasiadamente essas hipóteses. A exigência é cabível para o preenchimento de funções de alta relevância, política, administrativa, ou técnica. A reserva impõe-se, ainda, dada a posição do Senado no mecanismo do regime.

A designação dos membros do Conselho Federal de Educação, porém, justifica, plenamente, a interferência do Poder Legislativo no exame dos nomes preferidos pelo Executivo. Dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) que eles devem ser escolhidos "dentre pessoas de notável saber e experiência, em matéria de educação", declara, também, que suas funções "são consideradas de relevante interesse nacional, e o seu exercício tem prioridade sobre o de quaisquer cargos públicos" (artigo 8º e § 5º). A importância e a

especialização de seus encargos, ematenção, ressaltam, sobretudo, das atribuições amplas deferidas ao Conselho. Compete-lhe "deliberar sobre assuntos pertinentes ao ensino primário, médio e superior" (art. 8º, § 4º). Como dessa competência, cabe-lhe a par de outras tarefas, "sugerir medidas para organização e funcionamento do sistema federal de ensino" e "propor ou propor modificações e medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino" (art. 9º, I e II).

Tais atribuições, de exercício normal e permanente, crescem de valor em período de crise do ensino e do seu sistema, especialmente no plano universitário, como se verifica no momento. A ebulição que domina todo o sistema escolar, já abrangendo professores e o corpo social através de diferentes categorias profissionais, reclama dos órgãos especializados atitude firme e compreensiva, esclarecida e reformadora.

Em verdade, porém, o Conselho Federal de Educação, apesar da dimensão de sua competência e do correto cumprimento de diversas funções, não vem exercendo, não tem podido exercer, ou não foi convocado a exercer o papel a que está destinado, por lei, no curso da crise instaurada. Agora mesmo um grupo de trabalho foi constituído pelo Governo para elaborar o projeto de reforma universitária. Do grupo fazem parte membros do Conselho. Mas o diploma que criou o Conselho lhe confere a incumbência de "emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza pedagógica e educativa que lhe sejam submetidos pelo Presidente da República ou pelo Ministro da Educação e Cultura" (art. 9º, e).

Assim, o Conselho, por sua competência, ampla deveria estruturar a reforma, para o que convocaria, logicamente, a representação universitária, ou não deveria ter nenhum de seus membros no grupo de trabalho, dada a hipótese de ser chamado a opinar sobre o projeto que for preparado.

De qualquer sorte, a importância do Conselho Federal de Educação e, já agora, os problemas novos que estão sendo suscitados aconselham que seus membros sejam nomeados mediante reprovação do Senado, à semelhança do que ocorre com referência a várias outras designações, algumas até sem o mesmo relevo.

A participação do Senado, na escolha, além de alargar o critério de preferência, dará maior autoridade política, no preciso sentido da expressão, aos membros do Conselho, e a este órgão. Assim designados, poderão oferecer contribuição mais enérgica e extensa às soluções debatidas ou procuradas, principalmente num instante em que tanto se reclama da inteligência dirigente lucidez e coragem para reformas adequadas e democráticas, inclusive como processo

de integrar a juventude no esforço geral de desenvolvimento e paz, com igualdade e liberdade.

Este projeto não é de reforma; mas visa a facilitar transformações necessárias.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O Projeto lido será publicado e encaminhado às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Passa-se a

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 850, de 1968, de autoria do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando transcrição nos Anais do Senado do editorial de O Globo, de 27 de junho de 1968.

Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 862, de 1968, de autoria do Sr. Senador Aurélio Vianna, solicitando o adiamento, por mais 180 (cento e oitenta) dias, do prazo da Comissão Mista incumbida do estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional. Ambas as matérias estão em fase de votação.

Não havendo quorum, ficam transferidas para a sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Não há oradores inscritos.

Se mais nenhum dos Srs. Senadores desejar usar da palavra, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 5 de julho de 1968

(Sexta-feira)

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 850, de 1968, de autoria do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando transcrição nos Anais do Senado do editorial de O Globo, de 27 de junho de 1968.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 862, de 1968, de autoria do Sr. Senador Aurélio Vianna, solicitando prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias, do prazo da Comissão Mista incumbida do estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16,23 horas).

ATA DAS COMISSÕES

Comissão Mista para exame do Projeto de Emenda Constitucional nº 4, de 1968 (C.N.), que "dá nova redação ao 'Caput' do Art. 76, suprime os seus §§ 1º, 2º e 3º, o Art. 77 e os seus §§ 1º, 2º e 3º e dá nova redação ao § 1º do Art. 79 e ao Art. 81 da Constituição Federal."

ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 1968

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senho-

res Senadores Edmundo Levy — Presidente, Dylton Costa, Achilles Cruz, Luiz de Barros, Milton Menezes, Pedro Carneiro, Eurico Rezende, Antônio Carlos, Pereira Diniz (em substituição ao Sr. Senador Josaphat Marinho), e Mário Martins, e os Srs. Deputados Teófilo de Albuquerque, Arnaldo Prieto, Cícero Dantas (em substituição ao Sr. Deputado Helio Garcia), Raymundo Diniz, Mário de Abreu (em substituição ao Sr. Deputado Hamilton Prado), Tabosa de Almeida e Henrique Henkin, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de emitir parecer ao Projeto de Emenda Constitucional número 4, de 1968 (CN), que "dá nova redação ao 'caput' do art. 76, suprime os seus §§ 1º, 2º e 3º, o artigo 77 e os seus §§ 1º, 2º e 3º, e dá nova redação ao § 1º do artigo 79 e

do art. 81 da Constituição Federal". Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Deputados Eziquias Costa, Getúlio Moura, Franco Montoro e Paes de Andrade.

Em seguida, o Sr. Relator Deputado Raymundo Diniz apresenta parecer contrário ao Projeto de Emenda Constitucional nº 4, de 1968 (CN), concluindo pela sua rejeição. O referido parecer é submetido à discussão, fazendo uso da palavra nessa oportunidade os Srs. Senadores Mário Martins, Milton Menezes e Pereira Diniz e os Srs. Deputados Henrique Henkin, Teófilo de Albuquerque e Tabosa de Almeida.

Encerrada a discussão, o parecer é posto em votação e aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário, lavrei a presente Ata, que, aprovada, é assinada pelo Presidente e vai à publicação nas Seções I e II do Diário do Congresso Nacional.

ANEXO DA ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 1968, ÀS 16 HORAS

Publicação devidamente autorizada pelo Sr. Presidente da Comissão

Presidente: Senador Edmundo Levi
Vice-Presidente: Senador Milton Menezes

Relator: Deputado Raymundo Diniz
Integra do apanhamento Taquigráfico referido na Ata

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Está aberta a reunião da Comissão Mista destinada a apreciar o Projeto de Emenda Constitucional nº 4-68.

Com a palavra o Sr. Relator, para proceder à leitura do seu Parecer.

O SR. DEPUTADO RAYMUNDO DINIZ (Relator) — (Lê o seguinte:)

PARECER

Em junho do ano passado o ilustre Líder Mário Covas e mais 124 Senhores Deputados apresentaram à consideração do Congresso Nacional, objetivando o restabelecimento do sistema de eleição direta para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, projeto de emenda à Constituição. A proposição não logrou aprovação.

Por iniciativa do Senador Lino de Mattos e mais 17 Srs. Senadores, através de Projeto de Emenda Constitucional que tomou o nº 4, de 1968, embora com algumas alterações, o assunto volta à apreciação do Congresso.

O Projeto restabelece o princípio da eleição direta e prevê a instituição de norma que faculta ao Presidente e Vice-Presidente o direito de disputarem uma reeleição. Despreza, por outro lado, o princípio da maioria absoluta, estabelecido no citado projeto originário da Câmara dos Deputados.

A justificação é sóbria. Não faz críticas nem estabelece comparações entre o sistema instituído na Constituição de 1967 e aquele que pretende restabelecer. O assunto, todavia, é polêmico e tem merecido cuidadosos estudos por parte dos constitucionalistas.

Em se tratando de emenda constitucional, indagações preliminares devem ser feitas.

Corresponde a atual Constituição à realidade e necessidades nacionais? Alterações parciais leva-la-ão ao encontro desta realidade e necessidades?

Detenhamo-nos um pouco diante destas duas primeiras indagações.

A Constituição de 1967 é fruto de um momento político. De sério momento político que levou o País à proximidade de gravíssima convulsão política social, de consequências imprevisíveis. Foi elaborada num espaço

de tempo insuficiente, até para uma simples legislação ordinária. Foi escudada nos princípios defendidos pela Revolução, princípios estes aceitos por uns e negados por outros, mas que na realidade existiam e existem, embora muitos continuem a negá-los.

Forçosamente não poderia ser uma Constituição tanto quanto possível perfeita. Teve, porém, um grande mérito, funcionou como uma pausa, uma estabilização, revelando clara sensibilidade política daqueles que a elaboraram.

Não poderemos, por outro lado, responder afirmativamente à segunda indagação. Orientada no sentido do fortalecimento do Poder Executivo uma reforma, ou 29 (números de emendas, aproximadamente), pendentes de apreciação, poderia significar a quebra de um sistema, sem a precisa implantação de um outro. E mais, iniciado o ciclo das reformas, não estariam abrindo caminho para retrocessos?

Isto restringindo-nos apenas ao aspecto teórico do problema. E no que tange à realidade? Não estariam destruindo a pinguela na ilusão de se construir a ponte?

Nos foi deferido pelo povo tamanha responsabilidade?

Temos dúvidas. Enormes dúvidas. E a solução estabelecida pela Constituição — eleições indiretas para Presidente e Vice — terá sido uma solução local, ilegítima ou anti-democrática?

Evidentemente não.

O processo é tão legítimo quanto o da eleição direta. Imperfeições as há nas duas hipóteses.

É possível negar, em sã consciência, que nas eleições diretas o homem do povo há que escolher entre candidatos elaborados pelas cúpulas partidárias?

Somente o calor da paixão ou argumentos de inteligências privilegiadas poderão tentar negar a evidência deste fato.

Cabe aqui, ao menos como ilustração, rápida visão do panorama internacional pertinente à matéria. Não precisamos ir longe; Paulo Sarasate nos oferece excelente trabalho de pesquisa 'A Constituição do Brasil ao Alcance de Todos, pág. 94 usque 102', do qual transcrevemos a conclusão:

"Ainda quanto ao processo da escolha dos Presidentes, os mesmos 89 países ficarão assim relacionados em função dos respectivos sistemas de governo:

Parlamentarismo	
Eleições diretas	7
Eleições indiretas	39
	46
Presidencialismo	
Eleições diretas	31
Eleições indiretas	10
	41
Colegiados	
Eleições indiretas	2
Finalmente chegamos ao seguinte resumo geral quanto ao processo de escolha dos Presidentes:	
Eleições diretas	38
Eleições indiretas	51

Desnecessário genhores congressistas fazer análise e comparações sobre sistemas vigentes neste ou naquele país. Aquilo que funciona bem na Itália ou Inglaterra, nos Estados Unidos ou na Iugoslávia, não será, forçosamente, o que deve ser bom para o Brasil. Evidente que as experiências dos outros nos deverão ser úteis; mas as conclusões terão que ser achadas dentro da realidade nacional.

E nos permitimos perguntar, estão tranquilos governos e povos?

Será lógico que um bom sistema político propicie o assassinato do Presidente, do líder pacifista, de candidato a Presidente da República?

Será razoável que estudantes e operários transbordem seus anseios e angústias através atos de violência e inconformidade, como ora acontece na França, Iugoslávia, Itália, China, Polônia, Inglaterra, e estes sistemas políticos realmente traduzirem a realidade e necessidade de cada povo?

O fenômeno desta inquietação é universal.

Não será a falência das doutrinas políticas existentes sucumbida e ultrapassada por espantoso progresso tecnológico?

Que significado terá a palavra ideologia perante o povo, cuja cultura se amplia cada dia, que neste ou naquele quadrante não vê e sente suas necessidades mínimas, materiais e espirituais, atendidas?

Ante tudo isto nos perguntamos: será realmente tão importante, dentro da normalidade dos processos a forma pela qual se atinge o Poder ou o importante será a forma pela qual se exerce o Poder?

Não estaremos dando desmesurada ênfase ao problema político e relegando a um plano secundário o primordial aspecto econômico?

Talvez fosse a hora de alinhar aqui, acompanhado dos substanciais argumentos, a série de juntas que, pró e contra, se têm preocupado com o assunto.

Poderíamos dar ênfase aos pronunciamentos de Ruy, ainda hoje atuais, de 1874 e 1893, onde bem estabelece a distinção do ideal democrático, em contraposição à realidade política.

Poderíamos contrapor e analisar o argumento de Seabra Fagundes e Carlos Medeiros da Silva, se convencionados não estivéssemos que a tese está subordinada à realidade de um fato político e que, por si só, não teria o condão, antes pelo contrário, de curar os males que nos afligem.

Se ao menos pudéssemos contrapor aos raciocínios expendidos o exemplo de uma experiência tranquilizadora, teríamos um fato concreto, mas não é isto que nos mostra nossa experiência republicana, que não tem sido senão uma sucessão de crises: Bernardes, Washington, Getúlio Jânio, Jango, para citar alguns.

Evidente que a perfeição do ideal democrático se consubstancia no sufrágio direto e universal; por outro lado negar caráter democrático à eleição indireta através colégio eleitoral previamente disciplinado foge ao raciocínio lógico, somente explicável em processo de exarcebada paixão. Tanto mais que, no caso presente, este colégio é constituído pelo próprio Congresso Nacional e representantes das Assembleias Legislativas, delegados estes diretamente eleitos pelo povo.

Não valerá esta experiência? Não é uma oportunidade de aferir-se as responsabilidades desta representação popular?

Cremos que sim.

Por estas razões, sem contrariarmos o mérito da Emenda, porém dando especial relevo quanto à sua oportunidade é que, S.M.J., opinamos pela sua rejeição.

E' o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — O Parecer do Sr. Relator conclui pela rejeição do Projeto de Emenda à Constituição.

Vamos pôr em discussão o Parecer, avisando que podem usar da palavra os Membros da Comissão e os Srs. Líderes de Partidos.

Cada um dos Senhores Parlamentares tem 10 minutos para discutir o Parecer.

Em discussão. Com a palavra o Sr. Senador Mário Martins.

O SR. SENADOR MÁRIO MARTINS — Sr. Presidente, o que o Projeto pretende é restabelecer a eleição de Presidente, pelo sufrágio direto, inovando-se unicamente, dentro por mais de um mandato e, estabelecendo-se as normas, mantêm-se os

quatro anos. Uma justificativa singela — bem acentua o parecer do ilustre Relator, Deputado Raymundo Diniz, tem que ser — eu acabo de ouvi-lo fazer a leitura — tem que ser, de início, merecedora de um elogio, elogio à franqueza com que os seus argumentos estão apresentados; à franqueza da dúvida porque o parecer é quase uma meditação em alta voz, ou por escrito, é uma interrogação permanente a ele próprio, na sua análise. E, quando eu digo que é corajoso, além da confissão da dúvida, é porque ele se cai definindo, Sr. Relator, com muita precisão, embora seja um representante do Partido que apoiou essa Constituição, quando diz que ela foi elaborada num espaço de tempo insuficiente até para uma simples legislação ordinária. Então, é a honestidade do Relator, lembrando que tem que ser um trabalho imperfeito, um trabalho que, realmente, não merece, não resiste a uma análise e, naturalmente não corresponde ao interesse nacional, e é até materialmente mal feito e em virtude da falta de tempo.

Depois S. Exa., em outro ponto, faz também uma confissão que, aliás, a Nação inteira conhece: que foi escudada nos princípios defendidos pela Revolução.

Então estamos vendo o seguinte: é o próprio Relator que, honesta e corajosamente, reconhece que é uma Constituição que não nasceu do povo — ela não reflete, ela não exprime os sentimentos nacionais, ela apenas foi resultante de uma Revolução porque ela é escudada nos princípios defendidos pela Revolução.

Quem fez a Revolução? Não foi o povo, não foram os Patrícios, não foi o eleitor. Então surgiu um poder estranho, espúrio. No caso foram as Forças Armadas que fizeram uma revolução sem princípio algum, não tentada anteriormente porque não tiveram oportunidade para isso e que, em dado momento, foram vencedores diante de um conflito entre uma Força Estadual e uma Força Federal que se omitiu e, então, se aposaram do Poder.

A tradição brasileira, é o que todos esperavam, é que elas, Forças Armadas, se aposassem do Poder, depusessem o Governo e, em seguida, entregassem o Poder, dentro da tradição ao Congresso ou ao Supremo Tribunal Federal. Então, naturalmente, elas no tinham idéias, porque, até aqui, no tinham aberto a boca os militares não tinham uma palavra: não havia chefia; e chefia era civil.

Depois, o que nós poderíamos dizer da usurpação histórica, os militares, ou a Revolução, resolveram dar base para que houvesse uma transformação constitucional. Daí o Relator, com muita propriedade, dizer: "... foi escudada nos princípios defendidos pela Revolução", princípios que não eram do povo, princípios que não traduziram nenhuma manifestação popular: nem das classes, nem das entidades, mas apenas defendida pelos dirigentes da Revolução.

Mais adiante S. Exa. diz que, reconhece que a Constituição não poderia ser perfeita, tendo, porém, um grande mérito: funcionou como uma pausa, uma estabilização. E como S. Exa. faz muitas perguntas, eu me permitiria fazer uma, também. Funcionou como uma pausa, uma estabilização? Para que? A Nação inteira está paralisada na sua economia, na sua vida. Então é boa uma pausa? Qual o objetivo desta pausa? Esta estabilização, ela é fecunda? O que ela proporciona ao País?

Tanto ela não é ou foi fecunda, que não atende, no meu modo de ver, às aspirações e até à tranquilidade nacional, conforme é reconhecido pelo próprio Relator. O mundo, e, particularmente, o Brasil, está andando em certa tensão porque não encon-

tra onde equer chegar, aos seus objetivos patrióticos. Estamos realmente diante de um documento que não merece o nome de Constituição e sim, apenas, de um diploma constitucional, que o próprio Relator definiu, com muita precisão, demonstrando que nós estamos perdendo tempo, nós estamos conservando uma coisa que não merece a atenção da Nação, do povo e não deveria merecer esses cuidados nossos. E' quando S. Exa. diz que não estaríamos — isso restringe-se apenas ao aspecto teórico do problema — destruindo a pinguela, na ilusão de construir a ponte? Então é S. Exa. que reconhece que isto daí é uma pinguela, é um tronco atravessado entre duas margens, para que alguns atravessem essa pinguela. Mas, não é uma ponte. E, numa hora dessas, em que S. Exa. recorda que vivemos numa época tecnológica, em que o mundo está se transformando em virtude dessa operação, capaz de mudar a face de todos os povos pelos avanços da tecnologia, por que vamos ficar preocupados em manter aquela pinguela e, então, a pedir: Passem devagar, cuidado que de repente cai. O rio pode crescer e lá vai a pinguela!

E' uma fase melancólica esta que estamos vivendo e de que participamos. O que a Nação espera de nós, constantemente, homens da ARENA e do MDB, é que adquiramos certa grandeza — e nisto não vai crítica estou criticando a Constituição, não o trabalho do Relator — o que a Nação deseja de nós é que tenhamos grandeza.

Estamos dominados pelo medo, isto sabemos mais do que ninguém, o povo sabe e a posteridade vai reconhecer. Acredito que não seja o medo físico de perdemos o mandato, o que temos é medo de tudo isto se transformar e acabar a fachada e então virarmos uma ditadura. Por amor ao Brasil estamos querendo preservar o artifício que se reconhece a fachada com recito que venha uma coisa mais às escancaras. Estamos naquela posição da moça que estão tentando violentar no escuro, com a ameaça de: "Não grite, porque vai ser vergonhoso para você" e então ela se deixa violentar para que não haja o escândalo. Quando eu acho que devemos verberar para acabar com esta situação.

Depois o Sr. Relator, focalizando o caso das eleições diretas para Presidente, que seria a solução ideal, legítima, democrática, faz a análise do parlamentarismo, das eleições diretas e indiretas no mundo inteiro e mostra, na verdade, que não constitui aberração alguma manter-se uma eleição indireta.

Alcaberia uma pergunta. Não somos contra o parlamentarismo, eu próprio não o sou, mas o parlamentarismo em que o povo elege a Constituinte. Reconheço que o mandato do deputado é respeitável, é digno, é intocável e tem autoridade, como o do senador. Contudo, para uma Constituição é preciso seja eleita uma Constituinte. Isto seria o normal.

O SR. DEPUTADO RAYMUNDO DINIZ (Relator) — De pleno acordo.

O SR. SENADOR MÁRIO MARTINS — Sei que V. Exa. pensa comigo, muito mais do que se poderia imaginar.

A Constituição não poder ser de uma facção, de um grupo.

Vejamos a de 46. Que houve na Constituição de 46? O PSD tinha maioria, o Governo tinha maioria. Que ocorreu? A maioria fez questão de ouvir sempre a Oposição. Então, saiu uma Carta Magna onde, de um lado, havia — digamos — o Sr. Neret, Ramos conversando sempre com o Sr. Octávio Mangabeira, com o Sr. Pádua Kelly, ou vice-versa, porque todos eram homens acima da política, compreendiam o momento his-

tórico, queriam legar ao País uma Constituição que não fosse de bolso do PSD, que não fosse do bolso do PTB, nem da UDN. Compreendiam eles que tinham de atender à opinião nacional. Assim se transacionava, se transigia, se acordava, apurava e saiu, realmente, uma Constituição, de certo modo boa, embora pudessem ter sido ultrapassada em vinte anos, admito. E aqui não; é aquela que vem escudada numa facção. Ela imprimiu o cunho, a marca, eu quase que diria, aquele ferrão de gado numa Carta Magna; ela veio com uma marca como se marca um animal. Então, saiu uma Constituição em que não acreditamos e o povo também não, e que todos nós pretendemos reformá-la.

Não quero dizer que essa seja a razão do ilustre Relator, nem daqueles que deram o voto favorável ao Parecer, unicamente por uma coisa, é que o Presidente da República não admite modificação; então, encontramos vários erros, inclusive em coisas, direi, domésticas, nossas, como por exemplo, essa questão de estabelecer o prazo para se votar ou não votar leis decorrentes de Mensagens do Presidente da República. Pois bem, por várias vezes, aqui no Senado, há ocasiões em que chegamos à conclusão, tanto a Liderança da Oposição, como a Liderança do Governo, de que deveríamos ouvir determinadas figuras. Mas, haveria tempo? Então fazemos aquilo com certa irresponsabilidade, porque não queremos ouvir tais depoimentos de pessoas do Governo ou queremos e não podemos, e não podemos em função do prazo, deixando, assim, de apresentar um trabalho mais sério, mais profundo e mais fiel.

Ainda recentemente eu era Relator num projeto de importância, relativo a águas territoriais e tinha ponto-de-vista contrário ao do Governo. Mas quis ouvir duas autoridades nacionais que considero e que são do serviço ativo da Marinha as quais vinham, elaborei o parecer e acabei aprovando a Mensagem do Governo, como homem de consciência.

Para isso, foi preciso fazer ginástica no calendário para ser dilatado o prazo. Então, todos na Oposição e Governo, reconhecemos que devemos dilatar o prazo, mas não temos autoridade para isto, em circunstâncias dessa natureza, nem como desejo das duas correntes, cada uma vendo que não havia nada por baixo disso, podemos fazer porque existia o prazo. Ficamos como mermos de internato, como presos em penitenciária.

Acredito que os Líderes da Câmara dos Deputados concordarão em que, toda vez que os Líderes reconhecessem necessidade de dilatação do prazo, metade do prazo, o prazo deveria ser prorrogado, mas não se, porque devia haver emenda na Constituição. E por que não se emenda? Porque o Presidente não quer.

Então, na verdade, nós sabemos, não apenas neste caso, que não se emenda por que o Presidente não quer. Há, em muitos, o pensamento de que a "pinguela" pode vir, então ficaremos uns de uma margem, outros de outra. Mas a maioria só não altera porque o Presidente não quer. Estaremos atendendo ao País, à Nação, estaremos atendendo ao povo ou estaremos atendendo ao Presidente da República?

Vou terminar, Sr. Presidente. Em seguida, o Relator considera que estaríamos dando muita atenção ao aspecto político em detrimento do plano secundário e econômico.

Ora, sabemos que não somos nós apenas que estamos dando prioridade. E' o próprio Governo que envia mensagens angustiando, não a Nação, mas algumas facções do Congresso, durante longo tempo, com a questão das sub-

legendas. Nunca houve Governo, salvo na República velha — digo este e o que o antecedeu — que se preocupasse com tais questões, com esses detalhes de eleições, de província, como no caso do R'º Grande do Sul em que se indagava quantos faltam para ser degolados — dois? quatro? — isto nunca existiu. O Presidente da República deixava por conta do Congresso, na República velha, essas degolas na época das eleições a bico de pena. Não sujava suas mãos.

No meu modo de ver, uma vez que não podemos fazer uma nova Constituição, devemos reformá-la, que é o meio legítimo que temos ao nosso alcance. O próprio Relator reconhece que o ideal seria fazer uma Constituinte, elaborar nova Constituição, mas, já que não temos o ótimo, vamos ter o bom.

Parece-me, portanto, altamente legítima a proposição, altamente patriótica. E' o primeiro passo para chegarmos a esse diálogo que está faltando, pois atualmente só está falando o Palácio do Governo, não falam nem os seus correligionários. Enquanto isto o povo, a sociedade estão inteiramente divorciados de todos nós, pois sabem que nada disso corresponde. Então precisamos dar uma demonstração de boa vontade, coragem, independência, desde que estiverem de acordo em fazer esta ou aquela modificação. Seria uma atitude política que poderia ser liberada pelo Presidente da República. Mas S. Exa. se firmou no propósito de não deixar que se faça qualquer alteração, ao contrário de um seu colega, o ex-Presidente Eurico Dutra, que se deixou nortear pela Constituição.

Pego desculpas por discordar do Sr. Relator, que, no entanto, teve a coragem de mostrar claramente sua posição. Pena que S. Exa. não queira ser pioneiro, o desvalorizador desta coisa fatal que virá — a modificação da Constituição, nem que seja através de pancadas pequenas como esta. O meu voto é contrário ao parecer, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Leão) — Tem a palavra o nobre Deputado Henrique Henkin.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE HENKIN — Lamento pronunciar-me em contrário ao parecer do eminente Relator Raymundo Diniz porque o tenho em grande apreço. Mas sinto-me no dever de discordar do parecer que S. Exa. emitiu.

Em poucas palavras, direi apenas, em primeiro lugar, que endosso em número, gênero e caso as razões que acaba de expor o eminente Senador Mário Martins a propósito do tema focado pela emenda do Senador Lino de Matos, que restabelece as eleições diretas para Presidente da República. E ao mesmo tempo em que, para efeito de declaração de voto, para que conste da Ata desta Comissão, eu quero dizer que me perfito entre aqueles que sustentam ser indispensável, ao País como o nosso e segundo as tradições constitucionais do povo brasileiro, a eleição direta do Presidente da República, dado que o poder que no nosso regime do sistema constitucional depende do atual Presidente da República, esse poder só quando pode ser deferido pela manifestação popular. E' lá que o mandatário, com os poderes que tem o Chef do Governo no regime presidencialista, pode buscar a legitimidade do exercício da sua faculdade governativa. E, fundamentalmente por isto, a mim me parece que nem uma outra experiência, a não ser a experiência parlamentarista, pode ser válida para o sefeitos da consolidação definitiva do regime democrático num País como o nosso; apenas particularizando na formação histórica do povo brasileiro

e, sobretudo, nas nossas tradições de ordem constitucional, ser analisado o mérito, em si, do sistema de Governo estabelecido através da eleição direta ou indireta do Presidente da República mas separando apenas essas duas grandes linhas, a eleição, a escolha dos governantes pelo regime parlamentarista, que a mim me parece não tem nenhuma similaridade com o sistema adotado no Brasil, porque não é propriamente eleição indireta no regime presidencialista, é uma outra forma de governo. Consequentemente, o Poder se origina de outra estrutura política, mas que, no nosso regime constitucional, tradicionalmente, pelo menos, o Poder é delimitado em grandes linhas em grandes dimensões, para Chefes de Estado, para Chefes de Governo, o que equivale dizer que a sua força, para ser legítima deve ser aurida nas origens que delegam esses poderes, que não é nada mais nada menos do que a manifestação da opinião nacional.

Por isso, parece-me que a eleição direta do Presidente da República antes de ser tema de polémica política é, para mim, uma razão de natureza histórica, que confere com as instituições constitucionais que se consolidaram, no Brasil, ao longo de setenta anos de República.

Não me parece que a questão da eleição indireta existente, hoje, no sistema constitucional estabelecido recentemente, possa servir para experiência sobre a validade do regime de eleição indireta, ao menos, eleição indireta como esta estabelecida na Constituição de 1967, através desse misto Colégio eleitoral que a mim me parece sem nenhuma lógica. Ao menos do ponto-de-vista lógico não tem maior validade a eleição pelo sistema indireto desta forma.

De outro lado, o ilustre Relator senta que, no Brasil o problema das eleições diretas tem sido objeto da formação de crises cíclicas. Via de regra, as crises brasileiras têm ocorrido, segundo S. Exa, por coincidência de eleições diretas para Presidente da República.

Eu, de minha parte, Sr. Presidente, tenho a impressão de que as crises brasileiras não se originam daí. Não é a eleição do Presidente da República pelo voto direto que poderá ser a razão da maior ou menor densidade da crise brasileira.

O SR. DEPUTADO RAYMUNDO DINIZ (Relator) — (Inadivél)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE HENKIN — Pareceu-me que Exa. citou exemplo das crises brasileiras que ocorreram nos fatos, as crises que ocorreram no Brasil, com Presidentes que se elegeram por eleições diretas. E' o que entendi do Parecer de V. Exa. Mas, de qualquer forma, Sr. Presidente, apenas discutindo o tema em poucas palavras, em termos absolutos, comparando eleições diretas com indiretas, eu concluo por esta forma; a eleição direta não é responsável pelas crises brasileiras. A eleição direta coincide, pelo menos — este aspecto é a favor do seu restabelecimento — sem outras indagações, com o sistema constitucional brasileiro. Mas, principalmente porque, como nós desejamos dar validade, legitimidade às instituições democráticas, o ponto de partida deve ser este. Só esse ponto de partida poderá desenrolar todos os demais fatos que virão consolidar o regime democrático republicano federativo, isto é, pela eleição direta do Presidente da República.

Por isso, Sr. Presidente, repito que endosso inclusive as palavras elogiosas que o nobre Senador Mário Martins proferiu, aqui, a respeito desse magnífico e corajoso parecer emitido pelo nobre Deputado Raymundo Diniz. No entanto, manifesto a minha opinião contrariamente ao parecer, res-

salvando, para o efeito de que conste e mais, que não aceite a parte final do art. 1º da Emenda Constitucional que pretende instituir a eleição direta.

Agora, Sr. Presidente, o pensamento, que desajava expor.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Edmundo Leão) — Tem a palavra o Sr. Senador Milton Menezes.

O SR. MILTON MENEZES — Sr. Presidente, quero emitir o meu voto favorável à conclusão do eminente relator, Deputado Raymundo Diniz. Tem-se invocado, aqui, a tradição nacional no sentido de se instituir a eleição direta ao Presidente da República e eu quero me valer, também, da tradição brasileira para aduzir mais um argumento, para chegar à conclusão de que não ocorrem, no momento, aquelas condições que sempre determinam as alterações constitucionais, ou seja, a modificação de uma estrutura do Estado, através do delineamento dos poderes dos principais órgãos de execução do próprio preceito constitucional.

O que verificamos entre nós — e, podíamos dizer, ocorre também, e sempre ocorreu em outros países — é que toda alteração constitucional é resultante da pressão de fatos, de acontecimentos de ordem social, de ordem econômica, de ordem política e constitucional.

A Constituição de 1822 resultou do movimento da independência nacional; o Ato Institucional de 1834 também foi modificação imposta pela pressão dos acontecimentos. A Constituição Republicana, a reforma de 1926, a Constituição de 1934, a de 1937, a de 1946, a reforma parlamentarista, e esta Constituição, todas elas foram precedidas de fatos, de acontecimentos que marcaram uma época que definiram uma tendência, em determinados momentos.

E não só aqui. Se nós consultarmos a História Constitucional de outros países, vamos verificar que, nos Estados Unidos como na França, na Alemanha as diversas reformas do Estado tiveram determinantes históricos. De maneira que nós temos de reconhecer que não existem, no momento, aquelas condições, aquelas pressões que determinem ou que possam determinar uma reformulação constitucional.

Embora admitamos que o princípio da eleição direta do Presidente da República esteja calcado na tradição brasileira, temos que reconhecer, por outro lado, que não existem, no momento, aquelas condições de ordem objetiva que determinem um procedimento de reforma constitucional.

Desconheço — a não ser em pontos secundários de formação da estrutura do Estado — que numa sala de Comissão se tivesse ocupado por reformas substanciais no instituto constitucional.

De maneira que, atendendo-me a estas razões, acredito — embora reconhecendo que a atual Constituição, cheia de imperfeições, não refletisse, de forma absoluta, as tendências brasileiras, a própria consciência política da Nação — acredito que não temos ainda aqueles motivos e aquelas razões que determinam as alterações da estrutura do Estado. Por estas razões e especialmente por aquelas invocadas pelo ilustre relator eu o acompanho na sua conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leão) — Continua a discussão. Com a palavra o Sr. Deputado Teófilo Albuquerque.

O SR. DEPUTADO TEÓFILO DE ALBUQUERQUE — Como eu considero essa emenda constitucional apenas como um fato político, eu desejo, inicialmente, nobre Senador Mário Martins, um dos homens públicos que eu mais admiro neste País, que eu

conheço desde o Palácio Tiradentes, porque teve atitude que poucos homens, no Brasil, tiveram, ao deixar o mandato e ficar no meio do povo, durante muito tempo, para depois vir pleitear esse mandato num pleito difícil para o seu Partido. Apenas para contrariar a S. Exa., eu quero deixar aqui, não considero que no Brasil tenha havido uma suspensão do Poder pelas Forças Armadas. Houve de fato no Brasil, uma Revolução que foi feita pelo povo. As Forças Armadas chegaram na última hora e se uniram ao povo para fazer essa Revolução. Creio mesmo que o Senador Mário Martins, naquele instante, talvez, não fosse indiferente a essa Revolução, uma Revolução que, na realidade, era ansiada por todo o povo brasileiro, que não queria, de fato, a baderna, inclusive aqueles brasileiros que pertenciam ao PTB como eu, estavam contra aquele processo de dilapidação dos valores do nosso País. Eu considero que a Revolução foi um movimento do povo e que as Forças Armadas apenas a ela aderiram e não tiveram condições, realmente, de ficar à margem, porque se as Forças Armadas ficassem à margem teríamos uma guerra civil no Brasil, que seria muito mais funesta do que um processo revolucionário.

Quanto a Constituição que está aí a Constituição atual em substância...

O SR. SENADOR MARIO MARTINS — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DEPUTADO TEÓFILO DE ALBUQUERQUE — Com todo prazer.

O SR. SENADOR MARIO MARTINS — Volto a falar porque fui citado nominalmente. Quando me refiro a usurpação, refiro-me mais ao que V. Exa. acabou de reconhecer: V. Exa. diz que o povo a fez e, depois, à última hora, as Forças Armadas ocuparam...

O SR. DEPUTADO TEÓFILO DE ALBUQUERQUE — Não disse ocuparam. Disse "aderiram à Revolução".

O SR. SENADOR MARIO MARTINS — Pois bem: aderiram. Agora, se elas tivessem aderido e, depois, entregue o Poder, ou feito eleições, ou entregue o Poder aos substitutos naturais do Presidente devosto, perfeito. A usurpação está não em aderir; conforme V. Exa. reconheceu, elas ficaram ocupando e, conseqüentemente, usurpando.

O SR. DEPUTADO TEÓFILO DE ALBUQUERQUE — Não concordo, mais uma vez, com V. Exa. As Forças Armadas entregaram o Poder a quem deviam entregar: ao Presidente da Câmara dos Deputados, porque tinham prazo para eleição, de acordo com a Constituição. Agora, ainda foi o Congresso, de acordo com a Constituição de 46, que elegeu o Presidente da República.

As Forças Armadas não fizeram a revolução para tomar o Poder. Ao contrário: entregaram o Poder a quem deviam entregar, ou seja, o Presidente Panierri Mazzini, Presidente da Câmara dos Deputados, que assumiu a Presidência da República.

De acordo com a Constituição tinha que haver eleição realizada pelo Congresso e foi o Congresso que elegeu o Presidente da República; foi o Congresso que fez o Presidente da República da Revolução.

O SR. SENADOR MARIO MARTINS — Sob as armas.

O SR. DEPUTADO TEÓFILO DE ALBUQUERQUE — Sob as armas, não. Houve sim, não sob a modalidade da Constituição porque houve um Ato Institucional.

Toda revolução tem direito, e até um correligionário de V. Exa., um político ligado à antiga UDN e ao Partido Socialista Brasileiro, hoje um dos ilustres membros do Supremo Tribunal Federal, era homem que defendia, principalmente — no Brasil foi

um dos primeiros que defendeu — o direito de poder constitucional que toda revolução teria. Quem defendeu esse princípio na Constituinte de 46 foi o Ministro Hermes Lima. E a Revolução, se julgando com esse direito, direito que é quase que universal, investiu-se do Poder Constituinte, e baixou o Ato Institucional nº 1, e depois, em 2, como consequência de crise militar nas estruturas políticas e a Constituição que está aí, realmente, consubstancia os ideais da Revolução. Enquanto nós não nos convencermos de que e necessário não haverá modificação da Constituição que não consideramos, de maneira nenhuma, perfeita. Nenhuma Constituição do Brasil é votada com tempo suficiente para que saia perfeita.

Eu fiz parte da Constituinte de 1946 e sei como votamos a "toque de caixa" os últimos capítulos da Constituição, pela madrugada. Eram os chamados em casa, porque havia respeito de movimentos armados ou de Grãdio voltar do Sul, ou de qualquer coisa. A antiga UDN convocava, com o antigo PSD, os seus membros, para começarmos a sessão, às cinco horas da manhã — muitas vezes começamos a sessão às 5 horas da manhã e votamos a "toque de caixa".

O SR. SENADOR MARIO MARTINS — (inaudível, sem microfone) — (sem seguida) — Essa Constituição foi a "toque de caixa", a "toque de clarim", e a espoura.

O SR. DEPUTADO TEÓFILO DE ALBUQUERQUE — A outra foi inteiramente a "toque de caixa, porque nós tivemos um período de 7 anos sem Parlamento, numa ditadura. Então havia o medo de que não tivéssemos o tempo de votar uma Constituição.

Havia o medo. Discute-se a organização ainda sem a Câmara — ainda muito tempo se se cobrou quem devia presidir a instalação do Congresso, V. Exa. deve estar lembrado, foram 3 dias no Palácio Tiradentes, o Partido comunista chamava o Presidente do Tribunal Eleitoral, uma organização estranha que não podia presidir. Nós tínhamos três dias só para discutir isso. Então organiza Comissão, tantos dias para votação. Nunca se votou uma Constituição tão rápida mais do que esta foi: a Constituição de 46 mais rápida do que esta, para esta tivemos prazo, na outra não tivemos.

A grande Comissão se reuniu durante muito tempo no fim, não sei se foi tática da UDN, o ato de votação foi muito mais rápido do que aprovou esta Constituição que aí está.

O SR. SENADOR MARIO MARTINS — Em algum momento se admitiu a ideia de se escolher Presidente da República por voto a descoberto? O Sr. Relator citou cinquenta e tantos países que tem voto indireto. Quais os que tem voto a descoberto?

O SR. DEPUTADO TEÓFILO DE ALBUQUERQUE — Sou contrário. Isto foi apenas uma questão do Ato nº 1 e como a Constituição atual consubstancia todos os atos, isto foi mantido.

Pessoalmente, sou contra o voto a descoberto.

O SR. SENADOR MARIO MARTINS — Em todos os princípios da Revolução existe esta ideia apregoada de se votar a descoberto. V. Exa. sabe disso e todos sabem que o voto a descoberto é para garantir o procurador do povo, isto é uma monstruosidade. V. Exa. sabe disso, não podemos tocar, V. Exa. também sabe porquê.

O SR. DEPUTADO TEÓFILO DE ALBUQUERQUE — Também não concordo com o ponto de vista de V. Exa. quando diz que o Presidente da República não permite.

Obedeço à orientação partidária inteiramente. Agora, imposição não aceito, de quem quer que seja.

O SR. SENADOR MARIO MARTINS — Nunca viu V. Exa. as declarações do Presidente da República?

O SR. DEPUTADO TEÓFILO DE ALBUQUERQUE — Sua Excelência pensa que a Constituição está em experiência e que não deve ser modificada. Sua Excelência não disse, nunca, que não permitia a Constituição está em fase de experiência — diz o Senhor Presidente da República — e se se achar que não está boa, poderá, então, ser modificada. E este também é o pensamento da ARENA. Nós pensamos em modificar a Constituição. Vamos experimentá-la, pois pode haver coisa que não agrade, mas também há coisa que agrade.

O SR. SENADOR MARIO MARTINS — V. Exa. e um dos constituintes. Mas eu, como senador eleito, logo no dia seguinte a eleição desta Carta Magna ou alpona constitucional, li uma declaração, se não me engano, assinada por mais de 60 deputados, ilustres a começar pelo nobre Deputado Herbert Levy. S. Exas. a repugnavam e se propunham logo em seguida, a emendar esta Constituição, o que demonstra ter realmente elaborado sob coação, do tempo ou das armas.

Vê V. Exa. que, antes da nascença já era considerado um filho espúrio e que era preciso, era necessário ser modificada. Apenas depois não houve liberdade nem oportunidade.

Sabe V. Exa. que muitos daqueles que assinaram a Constituição desde logo pretendiam modificá-la. A modificação era já anunciada, se houvesse um pouco de liberalidade, se houvesse um sentido mais elástico na administração.

O que aconteceu é isso: é que há medo, há pavor de se emendar, não digo no Congresso, mas na própria Presidência, nas próprias classes armadas, se se emendar eles pensam que aí há brecha de renovação e aí vai tudo por água abaixo.

De modo que, por essa razão, o Presidente quando fala, fala como dono de tudo, dono dessas oportunidades.

Não é oportuno, no momento, porque ele não vai decidir. É claro que ele pertence à ARENA; ele poderia estar falando apenas aos homens da ARENA. Mas ouvi que os homens ARENA tentam ou sessenta pretendiam modificar, no dia seguinte, a Constituição e depois tiveram que retroceder inteiramente dessa posição. De modo que há, na verdade, todos nós sabemos, um interesse em modificar e apenas não se modificou porque "um poder mais alto se levanta"...

O SR. DEPUTADO TEÓFILO DE ALBUQUERQUE — Se o poder de emenda fosse apenas dele haveria uma imposição. Mas o poder de emenda é nosso também. Quando nós achamos conveniente devemos emendar a Constituição, depois de ela experimentada. Nós emendaremos a Constituição se acharmos conveniente. O pensamento do Presidente é um que, no momento, corresponde aos nossos pensamentos. O pensamento da ARENA também é este. Agora, aquele grupo de Deputados que assinaram com o Deputado Herbert Levy se propondo a emenda a Constituição, devo dizer a V. Exa. que, daqueles que assinaram mais ou menos sessenta por cento não voltaram à Câmara, já votaram, já assinaram sabendo que não eram mais deputados naquela legislatura.

Isso é histórico. A lista está aí!

O SR. SENADOR MARIO MARTINS — Eu não gostaria de retardar os debates, mas só o prazer do debate e de ter a honra de um auditorio tão seleto, debatedor, de tão alto porte... Mas, essa Constituição

(Todos nós sabemos) que foi feita por um órgão que estava agonizante, uma legislatura que estava no fim de seu mandato. Tanto V. Ex.^a nos traz essa depoimento histórico que, naqueles oitenta, setenta deputados da ARENA que...

O SR. DEPUTADO THEODULO DE ALBUQUERQUE — Eram 94.

O SR. SENADOR MÁRIO MARTINS — Quase um terço — 84 — que já não tinham tido mandatos renovados. Tenho a impressão de que entre eles, o Sr. Deputado Heitor Levy, que é um Deputado licenciado, para ocupar a Secretaria do Estado de São Paulo.

O importante é o seguinte, é uma Câmara melancólica, um Congresso no apagar das luzes, sem autoridade para uma obra dessa natureza.

O SR. DEPUTADO THEODULO DE ALBUQUERQUE — Todo deputado o senador tem autoridade até o último dia do seu mandato.

O SR. SENADOR MÁRIO MARTINS — V. Ex.^a se recorda quando foi eleito naquele período, V. Ex.^a e todos os demais não tinham poder para fazer uma Constituição, houve um excesso, só não digo um abuso de poder porque ele estava tangido por um outro mais forte.

O SR. DEPUTADO THEODULO DE ALBUQUERQUE — Realmente, nós não temos medo de emendar a Constituição. Tanto não temos medo que hoje assinei um projeto de emenda à Constituição, de autoria do Senador Brito Velho, instituindo o sistema parlamentarista.

Se for possível vencermos, a emenda à Constituição que assinei, prevê seja acrescentado um parágrafo, com emenda anterior do Deputado Alomar Baleeiro, que estabelece prazo de carência para adaptação do Parlamentarismo, que poderia ser, paulatinamente, de dois, três ou até dez anos, quase três legislaturas.

O SR. DEPUTADO BARBOSA DE ALMEIDA — Observei que o Sr. Brito Velho estava colhendo assinaturas para a sua emenda parlamentarista, e folgo em saber que V. Ex.^a já subcreveu esta emenda. Oportunamente, vou procurar o Deputado Brito Velho, com o objetivo de assiná-la, porém com essa ressalva a que V. Ex.^a se reportou, porque no momento, ainda não podemos adotar o regime parlamentarista. Creio, porém, que na sua oportunidade terão de fazê-lo porque será esse regime a solução para todas as crises políticas brasileiras que têm sido constantes.

Também subscrevo as palavras de V. Ex.^a no tocante à votação da Constituição atual, inclusive como membro da Comissão encarregada de seu estudo. O saudoso Presidente Castello Branco foi muito feliz ao se lembrar da votação de uma nova Constituição, porque se isto não tivesse acontecido estaríamos ainda hoje sob o regime dos atos institucionais, sob o regime da plena e completa exceção e sob o regime das cassações de mandatos. Aquela foi uma fórmula mágica, inteligente, feliz, oportuna para se pôr um dique à fase excepcional em que nos encontrávamos. E' bem verdade que esta Constituição tem vários defeitos, diversos senões, alguns visíveis, sobretudo de linguagem porque foi orientado em parte por técnicos em Economia que só se preocuparam com os problemas de Economia e escreveram muitas nesse neologismo hoje conhecido. Na verdade temos que reconhecer que mesmo aí há lógica nesta Constituição porque a situação econômica e financeira ainda não é, como todos sabemos, das melhores. Ontem, eu conversava com o Superintendente da SUDENE, o Ilustre General Benito Monteiro, a respeito do orçamento da SUDENE. Vimos que o Plano Diretor da SUDENE foi votado há três anos mais ou menos e consignava uma verba, se não me enga-

no, para este ano, de trezentos e pouco milhões de cruzeiros novos e no orçamento para 1968 esta dotação foi reduzida a menos da metade desta verba. E a calamidade o Ministro da Fazenda cogita da redução de sessenta por cento nesta dotação, o que é um absurdo contra o qual o Superintendente voltou ao Rio de Janeiro para chamar e todos nós nordestinos e brasileiros devemos chamar. Mas, mesmo aí, quando se probe na Constituição a apresentação do projeto que aumenta a despesa, vemos que houve uma certa oportunidade do legislador constituinte por que se continuássemos a apresentar projetos como tantos fazíamos, aumentando despesas a torto e a direito, como estava o País, hoje? Qual seria a situação econômica e financeira do Brasil se, com todas essas restrições, que são lamentáveis, que não devem persistir por muitos anos e que desejamos tenham solução de continuidade mas se continuássemos com aquele direito tão amplo que existia na Constituição de 1946 que, a meu ver, era excelente, sob vários aspectos, como estaria o País hoje?

Esta Constituição é produto de uma contingência histórica e de uma contingência política. Temos de reconhecer que ela haverá de ser modificada e talvez não demore muito. O trabalho da oposição, inclusive de líderes da categoria moral e intelectual do Senador Mário Martins, e um trabalho e grande utilidade para o País esse debate é necessário a fim de que se encontre a oportunidade de o País voltar às suas origens históricas e políticas.

No momento, entretanto, Senador Mário Martins, o ponto é que os próprios posicionistas da sua categoria moral e intelectual reconhecem, no íntimo, que precisamos de atravessar essa situação em que nos encontramos, reconhecendo que o Brasil vive momentos difíceis como vivem inúmeras outras nações e que hoje, mais do que nunca, precisamos daquele lema histórico que se encontra inscrito na nossa bandeira, de Ordem e Progresso. É preciso que haja ordem e trabalho para que atinjamos nosso pleno desenvolvimento, numa situação diversa da em que estivemos e da em que ainda nos encontramos de inflação, de dificuldades financeiras.

Concordo, portanto, com as expressões de V. Ex.^a e me solidarizo com V. Ex.^a neste particular.

O SR. DEPUTADO THEODULO DE ALBUQUERQUE — Muito obrigado ao nobre Deputado Barbosa de Almeida.

Sr. Presidente, para concluir, quero dar ênfase, especialmente, e dizer ao Senador Mário Martins que não temos medo, em hipótese nenhuma. Esperamos a oportunidade da reforma e a conveniência da reforma.

Por isso, votaremos o parecer do Relator, que achamos justo, oportuno e muito judicioso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Tem a palavra o Senador Pereira Diniz.

O SR. SENADOR PEREIRA DINIZ — Sr. Presidente, somente neste momento tomei conhecimento de que integrava esta Comissão. Não tenho, sequer, a emenda em mãos, senão o Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de autoria do Deputado Mário Covas.

Quero, Sr. Presidente, fazer minhas as palavras do nobre representante do meu Partido, Senador Mário Martins, na certeza de que a eleição direta do Presidente da República, no Brasil, é a aspiração suprema do nosso povo.

Consultem-se todas as classes sociais, comerciantes, industriais, advogados, médicos, intelectuais. Todos querem a eleição direta do Presidente da República no Brasil.

E' o grande espetáculo que empolga os nossos homens, a grande festa brasileira, a escolha direta do Presidente da República.

Nós como que copiamos a Constituição americana, em 1899, em seus pontos fundamentais, mas discordamos dela, no que dizia respeito à escolha do Presidente da República.

De forma que, sem maior investigação, atendendo às aspirações do povo brasileiro, seu paradigma da eleição direta do Presidente da República, porque ela vem atender às aspirações desse povo num grande espetáculo cívico, e que vem, cada vez mais, empolgar a sensibilidade política do nosso povo.

Com estas palavras singelas e ligeiras quero dizer que estou de acordo com o voto brilhante e esclarecido do Senador Raymundo Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Deputado Raymundo Diniz.

O SR. DEPUTADO RAYMUNDO DINIZ (Relator) — Sr. Presidente, agradeço os apurtes, ao nobre Senador Mário Martins e ao Deputado Henrique Henkin, as palavras que tiveram para com os conceitos emitidos no Parecer.

Realmente, nobre Senador, foi um Parecer pensado, foi um Parecer em que procurei traduzir não sómente aquilo que pensava e que sentia, mas também o sentido mais amplo, e talvez venha daí a bondosa expressão do nobre Senador, ao referir-se a um Parecer corajoso. Corajoso porque sincero. Talvez isto.

Devo dizer que, com o Senador Mário Martins, eu tenho uma grande afinidade porque, inclusive, já fui seu eleitor, quando, residente, domiciliado no Rio de Janeiro tive a honra e a satisfação de sufragar seu nome para a Vice-Governador do Estado.

Quase que não há o que contraditar em matéria de premissas porque todos nós concordamos com elas. Nas conclusões é que divergimos.

Na página 5 do Parecer, eu digo:

“É evidente que a perfeição do ideal democrático se consubstancia no sufrágio direto e universal.”

Não poderia ser mais claro. Dei ênfase ao problema da oportunidade e há uma expressão sobre a qual o nobre Senador se deteve um pouco e que procurei explicar e dar a sua razão. O nobre Senador Mário Martins referiu-se a uma pausa. Realmente, é uma pausa esta Constituição. E o nobre Deputado Barbosa de Almeida, ao expressar-se, com o seu brilhantismo costumeiro, definiu o que seria essa pausa. Não estaria nos, se não fosse esta Constituição eivada de defeitos, reconheço, não estaríamos nós sob o império de atos institucionais? Não estaríamos nós em regime de total exceção?

Não diria a palavra médio, mas confesso que me assaltou um grande receio, não receio pessoal, evidentemente, e não creio que assalte a nenhum dos parlamentares o receio pessoal — e, no meu caso, advogado jovem, acostumado aos embates do foro, voltar para as origens seria até, sob certos aspectos, uma satisfação muito grande — mas o receio de não ajudar o País nesta fase de transição, de precipitar aquilo que todos nós esperamos que tranquilamente venha a chegar, mormente quando nós vemos esse espetáculo universal de insatisfação. Não é necessário que essa pausa demore um pouco ainda? Divergimos na conclusão: eu acho que sim e o Senador Mário Martins acha que não. O tempo nos dirá qual dos dois está com a razão.

O Deputado Henrique Henkin está trança e acha lógico a composição do Colégio Eleitoral. E devo dizer uma coisa: é a primeira vez que o Deputado Henrique Henkin não acompanha um parecer de minha

autoridade, num ano e meio de convivência diuturna na Comissão de Constituição e Justiça. Mas, compreendo bem as suas razões.

Eu não acho ilógica a composição do Colégio Eleitoral. Pelo contrário. Em se tratando de uma eleição indireta, tenho a impressão de que o Colégio Eleitoral seria mais feliz.

Na eleição do Colégio não se foi escolher voto privilegiado, votos de quem tenha capital, de quem tenha propriedade, de membro de sindicato. Foram escolhidos representantes diretamente eleitos pelo povo, numa regra prestabelecida. Daí porque eu divirjo do ponto de vista do meu nobre Colega.

E há outro aspecto, sobre o qual não tenho êxito no parecer, porque, no mérito, já teria votado em sentido contrário.

Ainda que nos colocássemos, apenas, no plano ideal, eu preferia uma eleição indireta de Presidente, sem possibilidade de reeleição, do que direta com possibilidade de reeleição, porque todos nós sabemos como funciona a força do poder executivo num país ainda em formação, em desenvolvimento como o nosso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, com estas palavras, minhas conclusões, agradecendo as atenções que dispensaram, generosamente, à leitura do meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Em votação o parecer do Relator. (Pausa.)

Procede-se à chamada para votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Votaram favoravelmente ao parecer, 11 Srs. Srs. Parlamentares; votaram contra, 3 Srs. Parlamentares.

Está encerrado o parecer. (O parecer é assinado.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 40 minutos)

Comissão Mista incumbida do Estudo do Projeto de Lei número 19, de 1968 (C.N.) — “Que autoriza o Poder Executivo a desapropriar em favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — o imóvel que especifica, de propriedade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.”

1ª REUNIAO, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1968

INSTALAÇÃO

As 16 horas do dia 25 de junho de 1968 na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Milton Campos, Benedito Valladares, Pedro Carneiro, Alvaro Catão, Arnon de Mello, Milton Menezes, Nogueira da Gama, Pereira Diniz, Eduardo Catalão, Pericles Pedro e Deputados Israel Pinheiro, Filho e Raul Brunini, reuniu-se a Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Lei nº 19-68 (CN) — Que autoriza o Poder Executivo a desapropriar em favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — o imóvel que especifica, de propriedade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Deixam de comparecer os Srs. Senador Milton Trindade e Deputados Fausto Miranda, Pedro Gondin, Vasco Amaro Nicolau Tuma, Yukishigue Tamura, Rezende Monteiro, Pedro Faria Joel Ferreira e Djalma Falcão.

De acordo com o artigo 32 do Regulamento Comum, assume a presidência o Sr. Senador Benedito Valladares

que declara instalados os trabalhos, anunciando que, a fim de cumprir o dispositivo regimental, irá proceder, por escrutínio secreto, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, designando para escrutinador o Senador Arnon de Mello.

Distribuídas as cédulas uninominais e colocadas na urna apropriada, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Nogueira da Gama 11 votos 1 voto em branco.

Para Vice-Presidente:

Senador Milton Menezes — 11 votos

Senador Alvaro Catão — 1 voto

O Sr. Senador Benedito Valladares declara eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senadores Nogueira da Gama e Milton Menezes.

Assumindo, a presidência, o Senhor Senador Nogueira da Gama, agradece a confiança manifestada pelos membros da Comissão elegendo-o para Presidente deste órgão e põe em votação as Normas Disciplinadoras dos trabalhos da Comissão que são aprovadas unanimemente.

De acordo com as Normas citadas, o Senhor Presidente designa Relator da matéria o Sr. Deputado Israel Pinheiro Filho e, com a aprovação da Comissão, é designado o dia 7 de agosto, às 16 horas a apresentação do parecer, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes. — Milton Campos; Benedito Valladares; Milton Menezes; Pedro Carneiro; Alvaro Catão; Arnon de Mello; Nogueira da Gama; Pereira Diniz; Eduardo Catalão; Fêricles Pedro; Israel Pinheiro Filho e Raul Brunini.

ANEXO DA ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO — INSTALAÇÃO — REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 1968 — PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO — ÍNTEGRA DO TEXTO DAS NORMAS DISCIPLINARES APROVADAS:

NORMAS DISCIPLINADORAS DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Art. 1º. Instalada a Comissão eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será da livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderá ser indicação parlamentar da mesma legenda partidária do Presidente.

Art. 2º. O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto

de Lei, fixando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previsto na letra "a" do art. 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista no local e horário previamente determinados.

Art. 3º. Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinado à apresentação de emendas ao Projeto de Lei "a", do art. 8º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN), serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão, que dará como não aceitas aquelas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República (letra "b", do art. 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não-aceitação de emendas caberá recurso para a Comissão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao termo final do prazo fixado para o recebimento das emendas, prorrogavelmente. Só será admitido recurso suscitado por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

Art. 4º. Não serão apreciadas pela Comissão as emendas que, a juízo do seu Presidente, ouvido o Relator, não sejam pertinentes ao Projeto. Isto é, não se refiram a matéria constante de qualquer de seus dispositivos.

Art. 5º. A Comissão, a requerimento do autor da emenda, ou com o apoio de, pelo menos, 6 (seis) de seus integrantes, poderá apreciar a preliminar da respectiva impertinência.

Art. 6º. Após a Comissão ter-se manifestado sobre os recursos, será aberto o prazo de 72 (setenta e duas) horas ao Relator para apresentar o seu parecer, que poderá concluir por substitutivo (letra "f" do art. 8º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 7º. A discussão será uma só sobre o parecer e emendas. Poderá usar da palavra, sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão, Líder de Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em discussão for entendida, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 8º. Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação, que não terá encaminhamento. Para efeito de votação, que se realizará em globo, as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

- a) emendas com parecer favorável;
- b) emendas com subemendas; e,
- c) emendas com parecer contrário.

Parágrafo único. O Presidente somente votará em caso de empate.

Art. 9º. As questões de ordem serão sucintamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditadas pelos membros da Comissão, exclusivamente.

§ 1º. Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista.

§ 2º. Os prazos para suscitar, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

§ 3º. As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

Art. 10. Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de 10 (dez) minutos, antes da votação, pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão, podendo encaminhar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda, ou um representante de seu Partido na Comissão, o autor do destaque e o Relator.

Art. 11. Somente aos membros da Comissão será permitida a apresentação de subemendas, igualmente reguladas pelos arts. 3º, 5º e 6º destas Normas.

Art. 12. Ultrapassada a votação, o Relator redigirá o vencido, se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em bloco, somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprir omissões acuso verificadas.

Art. 13. Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos até que, a respeito do projeto, delibere o Congresso Nacional.

Art. 14. A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da aprovação pelo Plenário (letra "K" do art. 8º, da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 15. As emendas e o parecer serão distribuídos aos membros da Comissão, para prévio conhecimento, no dia previsto para a discussão e votação do parecer.

Art. 16. Somente será aceita pela Comissão a emenda que se fizer acompanhar, além do original, de 3 (três) cópias.

Art. 17. Estas Normas serão observadas pela Comissão Mista, e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Comum.

AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 26 (vinte e seis), 27 (vinte e sete), 28 (vinte e oito) de junho e 2 (dois) e 3 (três) de agosto de 1968;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do anexo do Senado Federal, nos horários das 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 3 de agosto, às 12:00 horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o

prazo de 24 horas (vinte e quatro) horas constantes do parágrafo único do artigo 3º das normas, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão-ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do relator perante a Comissão dar-se-á no dia 7 (sete) de agosto às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Congresso Nacional, 25 de junho de 1968. — Nogueira da Gama, Presidente.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Nogueira da Gama.

Vice-Presidente: Senador Milton Menezes.

Relator: Deputado Israel Pinheiro Filho.

ARENA

Senadores:

1. Milton Campos
2. Benedito Valladares
3. Milton Trindade
4. Pedro Carneiro
5. Alvaro Catão
6. Arnon de Mello
7. Milton Menezes

Deputados:

1. Israel Pinheiro Filho
2. Batista Miranda
3. Pedro Gondin
4. Vasco Amaro
5. Nicolau Tuma
6. Yukishigue Tamura
7. Rezende Monteiro

MDB

Senadores:

1. Nogueira da Gama
2. Pereira Diniz
3. Eduardo Catalão
4. Fêricles Pedro

Deputados:

1. Raul Brunini
2. Pedro Faria
3. Joel Ferreira
4. Djalma Falcão

CALENDÁRIO

Dia 19-6 — E' lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 25-6 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 26, 27 e 28-6 e 2 e 3-8-68 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 7-8 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 14-8 — Apresentação do Parecer, pela Comissão;

Dia 15-8 — Publicação do parecer;

Dia 20-8 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:00 horas. Secretário: Maria Helena Bueno Brandão.

M E S A

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)

- 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victrolino Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondim (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENALíder — Flinto Müller (MT)
Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)
 Petrólio Portia (PI)
 Manoel Villaga (RN)
 Antônio Carlos SC)

DO MDBLíder — Aurélio Vianna (GB)
Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)
 Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA(7 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Nogueira da Gama
Vice-Presidente: Teotônio Vilela**ARENA****SUPLENTE**

Arnold de Mello
 Domício Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

José Leite
 José Guimard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho
 Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Ermírio
Vice-Presidente: João Cleofas**ARENA****SUPLENTE**

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
 Argemiro de Figueiredo
 Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Reuniões: Terças-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Ney Braga
Vice-Presidente: Aurélio Vianna**ARENA****SUPLENTE**

Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnold de Mello
 Atílio Fontana

José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Flinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins
 Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
 Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos
Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho**ARENA****SUPLENTE**

Milton Campos
 Antonio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrólio Portia
 Carlos Lindenberg
 Paulo Sarasate
 Clodomir Millet

Alvaro Maia
 Lobao da Silveira
 Benedicto Valladares
 Arnold de Mello
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Flinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
 Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: João Abrahão
Vice-Presidente: Júlio Leite**ARENA****SUPLENTE**

José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrólio Portia
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Villaga
 Wilson Gonçalves

Benedicto Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Flinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 245.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Edmundo Levi**ARENA****SUPLENTE**

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domício Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Flinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Menezes Pimentel
Vice-Presidente: Mem de Sá**ARENA****SUPLENTE**

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrólio Portia

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO(11 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia**ARENA****TITULARES**Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres**SUPLENTE**José Guimard
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga**MDB**Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João AbrahãoAdalberto Senna
Antônio Balbino
José ErmírioSecretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.**COMISSÃO DE FINANÇAS**

(17 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate**ARENA****TITULARES**Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Siegfredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Villela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres**MDB**Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José ErmírioOscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da GamaSecretaria: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**(7 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino**ARENA****TITULARES**Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio Villela**SUPLENTE**Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Mello
Leandro Maciel
Mello Braga**MDB**Antônio Balbino
Nogueira da GamaRuy Carneiro
Bezerra NetoReuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Petronio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga**ARENA****TITULARES**Petrônio Portela
Domício Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite**SUPLENTE**Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho**MDB**Arthur Virgílio
Josaphat MarinhoJoão Abrahão
Argemiro de FigueiredoSecretaria: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domício Gondim**ARENA****TITULARES**Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg**SUPLENTE**José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Teotônio Villela**MDB**Josaphat Marinho
José ErmírioSebastião Archer
Oscar PassosSecretaria: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Ruy Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho**ARENA****TITULARES**Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes Pimentel**SUPLENTE**Teotônio Villela
José Leite
Domício Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel**MDB**Ruy Carneiro
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna
Adalberto Senna

Secretaria: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg**ARENA****TITULARES**Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto**SUPLENTE**José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger**MDB**José Ermírio
Aurélio Vianna
Rui MartinsAntônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo Levy

Secretaria: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel**ARENA****TITULARES**José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira**SUPLENTE**Filinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet**MDB**

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretaria: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES
(15 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benedito Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA**SUPLENTE****TITULARES**

Benedito Valladares
Filinto Müller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
Mcm de Sa
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Fernando de
Arnon de Mello
José Cândido

Wilson Gonçalves
José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petr do Portela
José Leite
Teotônio Villela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz
Mário Martins
Aurélio Vianna
Oscar Passos

Bezerra Neto
João Abrahão
Josaphat Marinho
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA**SUPLENTE****TITULAR**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga
Clodomir Millet

Júlio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

MDB

Adalberto Senna
Sebastião Archer

Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 241.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**SUPLENTE****TITULAR**

Paulo Tôrres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

Filinto Müller
Atílio Fontana
Domício Gondim
Manoel Villaga
Mello Braga

MDB

Oscar Passos
Mário Martins

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Melo

ARENA**SUPLENTE****TITULARES**

Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Melo
Paulo Tôrres
José Guimard

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petronio Portela
Leandro Maciel

MDB

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA**SUPLENTE****TITULARES**

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Domício Gondim
João Cleofas

Paulo Tôrres
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy C.

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA**SUPLENTE****TITULARES**

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia
Milton Trindade

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaga

MDB

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Senna
Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

PREÇO DESTA EXEMPLAR: NCr\$ 0,10